

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
LINHA DE PESQUISA ESTADO DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LETICIA PETERS ROSSATO

VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO AMBIENTE VIRTUAL: PERSPECTIVAS NA
EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS E NA CULTURA DE PAZ

PONTA GROSSA

2023

LETICIA PETERS ROSSATO

"VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO AMBIENTE VIRTUAL: PERSPECTIVAS NA
EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS E NA CULTURA DE PAZ".

Dissertação apresentada para a obtenção do título
de Mestre na Universidade Estadual de Ponta
Grossa no Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais Aplicadas, na linha de pesquisa
Estado, Direito e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho

PONTA GROSSA

2023

R827 Rossato, Leticia Peters
Violência política de gênero no ambiente virtual: perspectivas na educação para as mídias e na cultura de paz / Leticia Peters Rossato. Ponta Grossa, 2025. 94 f.

Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho.

1. Cultura de paz. 2. Educação. 3. Mídias. 4. Violência de gênero. 5. Ambiente virtual. I. Salles Filho, Nei Alberto. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 370.114

LETICIA PETERS ROSSATO

"VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO AMBIENTE VIRTUAL: PERSPECTIVAS NA
EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS E NA CULTURA DE PAZ".

Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor
de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca
examinadora:

Ponta Grossa, 28 de julho de 2023.

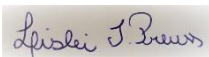
Assinatura pelos membros da Banca



Prof. Dr. Nei Alberto Salles Filho - UEPG - PR -Presidente


Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson

Prof. Dr. Antônio Carlos Frasson - UTFPR-PR – Membro Externo



Prof.ª Dra. Lislei Teresinha Preuss – UEPG-PR – Membro Interno



Prof. Dr. Danislei Bertoni – UTFPR-PR - Suplente Externo



Prof. Dr. Carlos Eduardo Coradassi – UEPG-PR – Suplente Interno

"Violência política de gênero no ambiente virtual: perspectivas na educação para as mídias e na cultura de paz".

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família pelo apoio e compreensão. Em especial minha mãe, Bianca, que sempre me acolhe e incentiva. Ter você como mãe é um presente que ganhei nesta vida.

Ao meu professor, orientador e inspiração nos Estudos da Paz, Prof. Nei Alberto Salles Filho. Agradeço por toda paciência, pelos ensinamentos e pela evolução que me possibilitou. Foi uma honra trilhar essa jornada!

Aos professores membros da banca, Antônio Carlos Frasson e Lislei Teresinha Preuss e aos professores suplementes Danislei Bertoni e Carlos Eduardo Coradassi, sou imensamente grata pela disponibilidade e por gentilmente contribuírem para a pesquisa. Agradeço também a Professora Eloíza Aparecida Silva Ávila de Matos pelos apontamentos e direcionamentos na qualificação desta pesquisa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da UEPG, por todo o aprendizado ao longo dessa jornada árdua e transformadora.

Agradeço a Elisangela, colega de mestrado e amiga. Essa experiência foi mais leve ao compartilharmos as dores e alegrias de toda essa trajetória.

Se a injustiça faz parte do atrito necessário à máquina do governo, deixemos que assim seja: talvez amacie com o passar do tempo, e certamente a máquina irá se desgastar. Se a injustiça tem uma mola, polia, cabo ou manivela exclusivamente para si, talvez possamos questionar se o remédio não será pior que o mal. Mas se ela for de natureza tal que exija que nos tornemos agentes de injustiça para com os outros, então proponho que violemos a lei. Deixemos que nossa vida seja um antiatrito capaz de deter a máquina. O que devemos fazer, de qualquer maneira, é verificar se não estamos nos prestando ao mal que condenamos. Henry David Thoreau.

RESUMO

Este estudo tem como objeto de pesquisa os discursos de violência política de gênero no meio virtual, compreendendo as possibilidades e diálogos frente a Cultura de Paz e Educação para as mídias na desconstrução de estruturas de violências. Pautada na pesquisa documental, com base no método do Estudo de Caso e da Análise do Discurso Mediada pelo Computador. A questão central da pesquisa se configura em “Quais as possibilidades de enfrentamento dos discursos de violência política de gênero no meio virtual frente Cultura de Paz e Educação para as Mídias?”. Por meio do entendimento das violências de gênero, da violência política de gênero, da participação política da mulher, da Cultura de Paz, da Educação para as mídias e discursos encontrados nas plataformas digitais foi construída a trajetória da escrita. O que permite compreender que as estruturas de exclusão e violência contra as mulheres ainda subsistem na sociedade, ocasionando um acesso desigual da mulher ao poder. O discurso que ecoa nas redes sociais digitais é permeado por violência e rechaça as mulheres que buscam ocupar espaços historicamente pertencentes aos homens. Assim a pesquisa compreende a importância das articulações com os Estudos para a Paz e a Educação para as mídias, pois somente sujeitos emancipados, críticos e conscientes são capazes de romper com as estruturas que consolidam esse modelo de machismo estrutural. A base teórica se desenvolve por meio dos autores Biroli (2014) e (2018), Jares (2002), Salles Filho (2016), Freire (1997) (1996) (1980), Herring (2002) e Tiburi (2018), que possibilitam a articulação e teorização das temáticas.

Palavras-chave: Cultura de paz; Educação; Mídias, Violência de gênero, Ambiente virtual.

ABSTRACT

This study has as research object the discourses of gender violence in the virtual environment, understanding the possibilities and dialogues in front of the Culture of Peace and Education for the media in the deconstruction of structures of violence. Guided by indirect bibliographic written documentary research, based on the Case Study method and Computer-Mediated Discourse Analysis. The central question of the research is “What are the possibilities of confronting discourses of political gender violence in the virtual environment in front of Culture of Peace and Education for the Media?”. Through the understanding of gender violence, gender political violence, women's political participation, the Culture of Peace, Education for the media and discourses found on digital platforms, the trajectory of writing was built. This allows us to understand that the structures of exclusion and violence against women still exist in society, causing women to have unequal access to power. The discourse that echoes in digital social networks is permeated by violence and rejects women who seek to occupy spaces historically belonging to men. Thus, the research understands the importance of articulations with Studies for Peace and Education for the media, since only emancipated, critical and conscious subjects are able to break with the structures that consolidate this model of patriarchy structural. The theoretical basis is developed through the authors Biroli (2014) (2018), Jares (2002), Salles Filho (2016), Freire, (1997) (1996) (1980), Herring (2002), and Tiburi (2018) which enable the articulation and theorization of the themes.

Keywords: Culture of peace; Education; Gender violence, Virtual environment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Direitos das mulheres ao longo da história	20
Quadro 2 - Comparação jornalismo de guerra e jornalismo para a paz	49
Quadro 3 - Análise do discurso mediada pelo computador	54
Quadro 4 - Caso Simone Tebet.....	57
Quadro 5- Caso Soraya Thronicke	67

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – Brasil, 2019	21
Figura 2 - Rede social Manuela D'ávila.....	28
Figura 3 - Bitch Media.....	45
Figura 4 - Revista Azmina.....	47
Figura 5 - Postagem 3 (Simone Tebet).....	59
Figura 6 - Comentários postagem 1 (Simone Tebet).....	60
Figura 7 - Comentários postagem 2 (Simone Tebet).....	61
Figura 8 - Comentários postagem 3 (Simone Tebet).....	63
Figura 9 - Postagem 3 (Soraya Thronicke).....	69
Figura 10 - Comentários postagem 1 (Soraya Thronicke)	70
Figura 11 - Comentários postagem 2 (Soraya Thronicke)	71
Figura 12 - Comentários postagem 3 (Soraya Thronicke)	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES COMO REFLEXO DA SOCIEDADE E DA CULTURA	16
1.1 MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES.....	16
GÊNERO: CONSTRUINDO UMA VISÃO INTERSECCIONAL	22
1.2 FEMINISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA	23
CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS E PRÁTICAS DISCURSIVAS: ENFRENTAMENTOS SOB A ÓTICA DA CULTURA DE PAZ E EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS.....	27
2.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO.....	30
2.2 ESTUDOS SOBRE A PAZ NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO	33
2.3 EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS: POSSIBILIDADES FRENTE AS VIOLÊNCIAS	38
2.4 PAZ E COMUNICAÇÃO: ALGUNS CASOS DE SUCESSO	43
CAPÍTULO 3 - OUVINDO AS INÚMERAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: A ANÁLISE NAS REDES SOCIAIS.....	51
3.1 ESTUDO DE CASO E ANÁLISE DO DISCURSO MEDIADA PELO COMPUTADOR: DESCRIÇÕES METODOLÓGICAS.....	51
3.2 QUADRO E TABELAS REFERENTES AOS DISCURSOS.....	55
3.2.1 Caso Simone Tebet	55
3.2.2 Caso Soraya Thornicke	66
3.3 O ENCONTRO ENTRE VIRTUAL E O TEORIA: MÍDIAS, DEMOCRACIA E MISOGINIA	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	86
ANEXO A - PARECER COMITE DE ÉTICA	92

INTRODUÇÃO

Refletir sobre as transformações socioculturais que a sociedade tem enfrentado é um exercício árduo e necessário, além disso as ciências sociais vêm sofrendo reiteradas transformações resultado do surgimento e fortalecimento de diversas correntes de pensamento crítico que buscam formas de compreender, interpretar e analisar o sistema mundo atual com concepções que viabilizem esse processo de transformação das estruturas vigentes.

Dessa forma a polarização das opiniões, manipulação de informações e divisão de sentimentos positivos e negativos na própria relação entre indivíduos ganha destaque no meio virtual. Acompanha-se uma trajetória crescente de discursos em redes sociais digitais voltados para a violência, ampliados pela velocidade de informação e fácil replicabilidade no meio virtual.

A pesquisa busca uma aproximação do universo digital com a realidade que as mulheres vivenciam, em especial, no acesso desigual e dificultoso à cidadania. A crescente criação de leis que procuram diminuir ou eliminar a violência política de gênero faz parte da discussão legislativa atual de diversos países da América Latina, inclusive do Brasil. Os avanços dos últimos anos simbolizam importantes conquistas, mas esbarram em estruturas do sistema de patriarcado que continuam a privilegiar homens e manter mulheres em posições subalternas.

Esses embates dos direitos das mulheres e a constatação do acesso restrito a diferentes dimensões sociais inserem nossa sociedade em uma democracia incompleta. Em termos políticos, demonstra que homens continuam a legislar para homens e as mulheres, que enfrentam o sistema para estarem no ambiente político, já os desafiam e, por isso, reiteradamente sofrem agressões.

O desenvolvimento tecnológico tem o potencial de desdobrar-se em um meio de perpetração da violência, na forma de discursos violentos. O uso de mensagens digitais que suscitam ódio e violência ganham força com o aumento e incentivo de posicionamentos mais radicais, aliados à produção e veiculação de *'Fake News'*. A intolerância vivenciada nas redes desafia os limites éticos e democráticos dessa convivência digital e social e ultrapassam as barreiras digitais configurando problemas sociais e trazem em si a noção geral dos discursos que fomentam a segregação e violência e que estão presentes na sociedade.

Com isso percebe-se a falha social na construção de uma Cultura de Paz, para priorizar a Educação Democrática, a Educação voltada e pensada para a Paz; que possibilita reconhecer, respeitar as diferenças e busca dirimir os conflitos de maneira não violenta.

Por isso o que se propõe na pesquisa são caminhos possíveis de diálogo e alternativa a esse contexto social que favorece e naturaliza a violência. O estudo vai caminhar pela Educação para as mídias e a importância da Educação emancipadora e crítica dos sujeitos, assim como vai buscar demonstrar a necessidade da mídia se responsabilizar sobre a forma como produz notícias e que discursos são reforçados e consequentemente reproduzidos no meio virtual.

A partir desse contexto, buscou-se responder a seguinte questão norteadora: Quais as possibilidades de enfrentamento dos discursos de violência política de gênero no meio virtual frente a educação para a Paz e Educação para as Mídias? Objetivo geral é compreender pela ótica da Cultura de Paz e da Educação para as Mídias a dinâmica das violências perpetradas nas redes sociais digitais voltadas à temática da participação das mulheres na política. Este desdobra-se em outros objetivos específicos: realizar pesquisa e reflexão sobre Gênero, Violência política de gênero, mídias sociais digitais, Cultura de Paz e Educação para as Mídias; Analisar os discursos violentos que permeiam a temática das violências políticas de gênero vivenciadas nas mídias sociais digitais; Articular as temáticas compreendendo os caminhos possíveis para discussão da Cultura de Paz e da Educação para as mídias atrelada às violências de gênero no meio digital.

Este estudo se pautou na pesquisa documental indireta bibliográfica escrita sobre Gênero, Violência política de gênero, mídias sociais digitais, Cultura de Paz, Educação para as Mídias e Feminismos. Desenvolver-se-á por meio do Estudo de Caso (YIN, 2001), justificando-se pois os eventos tratados neste estudo referem-se a fenômenos contemporâneos e complexos, que se relacionam a vida social e a necessidade da verificação do contexto inserido, gerando assim as variáveis de análise. Para análise específica, é elencando como pauta a problemática da violência política de gênero das mulheres candidatas a presidência da República do Brasil no ano de 2022, na figura de Simone Tebet e Soraya Thronicke

No que se refere ao tratamento dos casos isolados em meio digital, opta-se pela metodologia CMDA - *Computer Mediated Discourse Analysis* (Análise de Discurso Mediada pelo Computador), cujo foco está na linguagem em uso no ambiente on-line, descrita por Herring (2001). Essa proposta define cinco linhas de análise em postagens virtuais sendo elas: estrutura, sentido, interação, multimodalidade e comportamento social. Permite-se, dessa forma, compreender, descrever o sentido e a configuração da postagem, além das interações que ampliam seu alcance em meio virtual.

Através dessa análise buscou-se selecionar comentários que apontassem para a violência política de gênero, em uma pesquisa simples na rede social Facebook e Twitter,

apenas com a utilização da barra de pesquisa e o filtro de “relevância”, realizando a procura textual em ambas as plataformas da mesma forma, por meio de: “nome da candidata à presidente” seguido do termo “eleições 2022”. O intuito é demonstrar que em uma pesquisa simples, com possibilidade de acesso a qualquer usuário é possível encontrar diversos discursos que reproduzem a violência política de gênero.

É importante destacar a temática que fundamenta esta pesquisa tem inquietado a vida da pesquisadora ao longo da trajetória acadêmica e profissional. Durante a graduação em Direito, o que causava grande divergência de opiniões, é o fato do Direito em sua grande maioria não apresentar questionamentos sobre a realidade, por vezes nem mesmo buscar compreender as causas sociais que suscitaram determinadas leis. O excessivo rigor e o mundo a parte que o universo jurídico constrói, numa vivência que por diversas vezes lembrava os relatos kafkianos dos livros, fez a pesquisadora buscar a compreensão social e problematização das causas e problemas que a sociedade enfrenta.

Dessa forma, ainda durante o curso do Direito, a autora decidiu complementar sua formação com uma Licenciatura em Ciências Sociais. Na Licenciatura, os questionamentos sociais surgiram, talvez a inquietação tenha sido ainda maior, mas a teoria e prática se mostraram mais alinhadas. Os questionamentos eram calcados no substrato material e nas contradições inerentes a sociedade. Dessa forma, logo após formada, a pesquisadora decidiu lecionar Sociologia, começou com turmas de Ensino de Jovens e Adultos (EJA), encontrando nessas turmas a realidade de mulheres maduras que somente naquele momento, muitas já aposentadas, conseguiram finalmente ter acesso à Educação básica. A vida dessas mulheres foi uma sequência de servir a família, enfrentar violência e não poder realizar seus sonhos e aspirações.

Essa foi a primeira experiência que deu origem a toda a trajetória, uma trajetória que envolve autoconhecimento e percepção das violências de gênero que as mulheres enfrentam ao longo de toda a jornada acadêmica, profissional e pessoal. Mais importante, desperta a sororidade com as mulheres que diariamente estão inseridas em sistemas de exclusão, exploração, violências e discriminação. O golpe de 2016 sofrido pela presidente Dilma, escancara as violências das mais diversas formas direcionada às mulheres que desafiam o sistema e ocupam lugares historicamente dominados por homens.

Dentro dessa dinâmica a pesquisadora encontra uma maneira de desafiar os padrões e estabelecer as discussões necessárias, quando em 2019 participa do Núcleo de Estudos para a Paz (NEP) oportunizado pelo Professor Nei Salles. A discussão dos Estudos para a Paz, a Sociologia que acompanha a vida profissional da pesquisadora, a Educação e todas as demais

vertentes desse período culminam na dissertação que aqui se apresenta. Uma pesquisa voltada essencialmente a condição da mulher na sociedade contemporânea e os diferentes tipos de violência que o mundo virtual vai produzir.

Neste contexto, se desenvolve essa pesquisa e deste meio se concebem os conhecimentos aqui produzidos até o momento.

Firma-se sobretudo a relevância da pesquisa, conhecer a realidade que se estrutura é o ponto inicial para compreender o que deve ser combatido, sendo essencial investigar a perpetração dos discursos de ódio em redes sociais digitais voltados às mulheres na política. A exposição virtual torna mais visível os dilemas enfrentados, e somente com a tomada de consciência e construções pedagógicas sobre a Paz e as formas não-violentas para dirimir esses conflitos, será viável gerar o diálogo entre culturas e mitigar a propagação das violências, em particular a violência de gênero, foco deste estudo.

Com essa dinâmica a pesquisa se constrói da seguinte maneira: Capítulo 1 “As violências contra as mulheres como reflexo da sociedade e da cultura”; onde desenvolve-se as múltiplas violências contra as mulheres, a visão interseccional, os feminismos e a atuação política. Os principais autores utilizados são Saffioti, (1987), Del Priori (2013), Grossi e Coutinho (2014) e (2013), Biroli (2014) e (2018), Gonzalez (1984).

O capítulo 2 “Violência Política de Gênero nas redes sociais e práticas discursivas: Enfrentamentos sob Ótica da Cultura de Paz e Educação para as Mídias”, onde é tratado a violência política de gênero, a Cultura de Paz no enfrentamento dessas violências, a Educação para as Mídias e por fim as alternativas e casos de sucesso na produção de mídias de Paz. Tem como principais autores Jares (2002), Galtung (2006), Balestreri (2003), Salles *et al* (2018),

Salles Filho (2016), Castells (2013), Freire, (1997) (1996) (1980), Meditsch, (2017), Kuhnen (2014), Galtung (2006), Cabral e Salhani (2017), entre outros.

O capítulo 3 “Ouvindo a inúmeras violências contra as mulheres: a análise nas redes sociais”, o qual dedica-se a construção da metodologia e coleta de dados em redes sociais, tem como base epistemológica Herring (2002) na formulação da análise do discurso mediada pelo computador; Estudo de Caso proposto por Yin (2009) e a coleta e classificação dos comentários nas redes sociais Facebook e Twitter. Por fim há a junção das temáticas firmando a importância da pesquisa e dos demonstrativos dos discursos encontrados. Os principais autores são Herring (2002), Yin (2009), Grazziotin (2018), Recuero (2013), Boyd (2010), Biroli (2018) e Tiburi (2018).

Assim, essa pesquisa busca desvelar a violência política de gênero em redes sociais digitais, compreendendo que tipo de estruturas ainda subsistem e permitem o acesso

difícil a cidadania e o tratamento discriminatório às mulheres, em um diálogo com os estudos de paz, Educação para as mídias, apontando caminhos possíveis nessa caminhada lenta, porém indispensável na superação de paradigmas de dominação.

CAPÍTULO 1 - AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES COMO REFLEXO DA SOCIEDADE E DA CULTURA

A violência se configura como um reflexo cultural, ou seja os costumes, crenças, ações cotidianas tendem a reforçar a violência e os tipos de violência. O que se verifica é que as estruturas sociais e culturais fomentam alguns tipos de violência. No caso a violência de gênero é mantida por toda uma estrutura social patriarcal que continuamente mantêm homens no poder e inferioriza as mulheres e por vezes incentiva e autoriza a violência direcionada a elas.

O que a lutas dos movimentos sociais feministas buscam, de maneira geral e ampla, é o questionamento desse poder mantido por essas estruturas sociais e culturais machistas. Como bem apontam as teorias recentes sobre cultura, estas são sempre passíveis de mudanças e adaptação a cada tempo social, dessa forma não se justifica a manutenção de costumes e padrões de comportamento que nesse período social não encontram razão em sua subsistência; aqui pode-se elencar a violência e inferiorização direcionada as mulheres.

Subsiste uma diferenciação de gênero, que fundamenta a violência contra as mulheres que não acompanha as mudanças sociais, mantêm-se a construção social dos gêneros delegando as mulheres, ainda, a condição de inferior frente aos direitos dos homens. Conforme Miskolci, (2005, p 14) “A prova de que os gêneros masculino e feminino são construções sociais está na própria escola, que já chegou a separar meninos e meninas em salas distintas, contribuindo para fabricar sujeitos diferentes”. O papel do gênero feminino não é inerente a mulher e sim uma construção social que impõe essa desigualdade.

Assim a compreensão do gênero perpassa o entendimento que os sujeitos se constroem homens e mulheres de forma continua e dinâmica, e também se faz necessário compreender que o gênero é mais do que uma identidade ensinada, mas sim uma categoria mantida e reforçada pelas instituições sociais. Conforme Louro (1995) essa compreensão implica em entender que as intuições sociais são “generificadas”, expressa e manifestam-se a acerca das relações de gênero.

1.1 MÚLTIPLAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

O gênero enquanto construção social possibilita a compreensão dos estereótipos histórico-sociais e políticos moldados nas figuras patriarcais, hegemônicas, branco e cristã, os papéis sociais são fruto dessa estrutura. Não existe de forma natural a divisão do feminino e

masculino, é sim uma construção de gênero, sexualidade e corpos.

Para Saffioti (1987) o gênero se entende na referida construção social dos papéis femininos e masculinos, na manutenção das relações de poder por “normas” do que seria certo e errado no contexto social. Nas palavras de Saffioti “a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo” (SAFFIOTI, 1987, p. 10).

Del Priore (2013) reforça que independe da forma como as culturas se organizam, essa diferença entre homem e mulher ocorre de maneira hierarquizada. A autora ainda discorre sobre a estrutura brasileira, que conforme ela se dá pela tradição portuguesa aliada a colonização agrária, que teve como base o escravismo, configurando assim o patriarcado brasileiro. Patriarcado este marcado pela figura do patriarca, chefe, pai e senhor que impunha sua lei e domínio ao grupo familiar, aos escravos e a influência política sobre a sociedade. Sob essa lei, a mulher tinha de se curvar (DEL PRIORE, 2013)

Por isso a noção de violência direcionada à mulher nem sempre na história do Brasil foi vista como um problema social. A violência era naturalmente aceita, pois nesse contexto a mulher era vista como um ser inferior, que deveria servir e obedecer ao homem e ao casamento. Visão esta reforçada pela medicina e pelos relatos médicos da época, conforme: “por ter ossos, cartilagens, ligamentos e fibra mais frágeis, a mãe apenas carregava o ovo com que o sexo fêmeo concorre para a propagação, assim como sucede com os ovíparos” (DEL PRIORI, 2013, p. 114).

Conforme Soihet (2002) a violência contra a mulher era vista como “educação”, disciplinar as mulheres que não respeitavam a imposição do seu senhor, seja ele marido, pai ou outro homem. Essa imposição de inferioridade a condição da mulher, esteve reforçada também nos discursos da Igreja católica, ainda, legitimados pelo iluminismo na exclusão das mulheres da cidadania civil e política durante a revolução Francesa, apesar do papel desempenhado pelas mesmas na revolução. Assim no século XIX com respaldo da uma pseudociência foi apontado características femininas como fragilidade, recato, predomínio do afetivo sobre o racional, subordinação sexual e até mesmo vocação materna.

Entender a violência como entendemos hoje se configura em uma construção histórica viabilizada pelos movimentos feministas que questionaram essas estruturas de dominação e imposição da mulher a categoria de ser inferior. (GROSSO, 2013),

A percepção de como a violência contra a mulher estava naturalizada na sociedade fica claro nas diversas absolvições de feminicídio na história recente da sociedade brasileira com a alegação da “legítima defesa da honra” Foi necessária pressão popular para que essa justificativa não mais permanecesse na sociedade, absolvendo homens de homicídio e torturas praticadas contra as mulheres. Conforme Del Priore (2013) a sexualidade é constantemente

vigiada e reprimida pela família, igreja e sociedade.

Com as estruturas de dominação e coerção que vigoraram na sociedade brasileira, conforme Raimondo, Labronici e Müller (2013) somente nos últimos 20 anos a violência contra a mulher tornou-se pauta e passou a ser divulgada, esse silenciamento encontrava respaldo inclusive na legislação como já relatado.

Moreira (2019, p.17) traz que a violência contra as: [...] “é um fenômeno social e de violação dos direitos humanos, impactando significativamente o processo de saúde-doença e na perspectiva de vida das mulheres.”

De acordo com Grossi e Coutinho (2013), a desigualdade desse poder provém da distribuição dos papéis sociais entre homens e mulheres, uma “norma social” que reconhece a divisão desigual de direitos, privilégios e obrigações tanto no ambiente familiar como no meio público. Na cultura ocidental, o patriarcalismo acompanha toda a vida privada familiar. As relações de gênero ocorrem sob a égide de reprodução dessa divisão desigual do poder entre homens e mulheres.

Nessa busca por superação desses paradigmas e a dominação masculina não mais encontrando suas razões e fundamentos, a violência antes silenciada começa a ganhar relevância e divulgação pela mídia, os movimentos sociais e o movimento feminista têm pressionado o Estado a realizarem políticas públicas de atendimento e acolhimento das mulheres, criando ações afirmativas em diversas localidades, quais sejam, escola, universidade, trabalho etc.

As justificativas que pautavam o tratamento desigual e a violência direcionada as mulheres estão continuamente sendo questionada, estando em um processo de construção e reconstrução da temática, sendo esta a base para os movimentos feministas, que incorporam essas pautas em sua luta diária.

Mesmo com os avanços e conquistas feministas, ainda subsiste as diferenças de gênero e de identidade, bem como a concepção heteronormativa, que ainda não ultrapassaram essa dualidade. Por isso deve-se reiterar a importância e necessidade de ações afirmativas voltadas para as mulheres.

As mulheres histórica e reiteradamente foram privadas de seus direitos e marginalizadas (quanto a sua posição no grupo social) em razão do gênero. Marcadas pelo estigma de “sexo frágil”, foram privadas e proibidas da gerência de suas vidas, seus corpos e de seus direitos mais básicos enquanto cidadãs. Como ressalta Rodrigues (2005), se forma os movimentos sociais, em especial o movimento feminista que buscou e reiteradamente assume essa função de interlocutor frente ao Estado, na tentativa de demonstrar a desigualdade e a

violência direcionada às mulheres presente nos diversos campos sociais.

De acordo com Poggio (2012) entre os diversos tópicos demonstrados e os possíveis significados culturais decorrentes de cada contexto cultural, sexo e gênero, relacionando-se direta ou indiretamente aos componentes políticos e econômicos de cada sociedade.

A concepção de inferior e frágil como sinônimos do feminino foram utilizados para validação e justificativa do preconceito e violência, delimitando assim a posição e atuação da mulher na sociedade. Saffioti (1987) ressalta que atividades vinculadas ao lar, como a socialização e educação dos filhos, era tarefa incumbida a mulher.

Gomes (2001, p. 11) defende que “discriminar nada mais é do que uma tentativa de se reduzirem as perspectivas de uns em benefício de outros”. O autor continua sua tese ao compreender que quanto mais poder houver na discriminação e nos instrumentos que inviabilizam seu combate, maior será essa divisão existente nessa relação entre discriminador e discriminado.

Ao analisar a legislação nacional têm-se leis de teor discriminatório que foram excluídas, mas somente dentro da história recente do país, como exemplo o crime de adultério que teve sua aplicabilidade afastada de forma definitiva em 2005 com a lei n.º 11.106. Partindo dessa interpretação histórica-social da construção dos direitos das mulheres em solo pátrio, a Constituição Federal de 1988 também se configura em um importante marco de igualdade.

Com papel essencial, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o movimento feminista foram essenciais na mobilização de garantias sociais, possibilitando que mulheres de diferentes classes, idade e raça pudessem ser ouvidas no plenário nacional. Como exemplo de movimento importante dentro desse processo democrático do país, se tem o chamado *Lobby do Batom*, que defendeu a inclusão das discussões de gênero e acesso das mulheres à cidadania.

No final do século XX e início do século XXI consolidam-se diversos direitos e garantias fundamentais direcionadas as mulheres. A fim de demonstrar esses direitos ao longo da história colaciona-se o quadro a seguir:

Quadro 1 - Direitos das mulheres ao longo da história

Direitos da Mulher

1915 - Foi instituído um novo regulamento para a Caixa Econômica Federal que, dentre outras alterações no seu funcionamento, permitia que a mulher casada possuísse depósitos bancários em seu nome quando não houvesse oposição do marido.
1916 - Até 1916 o marido tinha o direito de aplicar castigos na sua mulher. 1932 - As mulheres receberam o direito ao voto.
1945 - A igualdade de direitos entre homens e mulheres é reconhecida em documento internacional, através da Carta das Nações Unidas.
1962 - É criado o Estatuto da Mulher casada, que garantiu entre outras coisas que a mulher não precisava mais de autorização do marido para trabalhar, receber herança e em caso de separação ela poderia requerer a guarda dos filhos.
1980 - Recomendada a criação de centros de autodefesa, para coibir a violência doméstica contra a mulher. Surge o lema: Quem ama não mata.
1985 - Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). 1988 - Foi consagrada a igualdade jurídica entre homens e mulheres.
2002 - O termo "pátrio poder" foi substituído pelo "poder familiar". 2006 - Foi promulgada a Lei Maria da Penha.
2015 - Promulgada a Lei do Feminicídio.

Fonte: VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. In: Dossiê Relações entre Crime e Gênero: um balanço. (Org.) Marcos Bretas e Maíra Ines Vendrame. História (São Paulo) v.38, 2019. (Adaptado)

De acordo com Grossi (1994) a partir de 1990, com a entrada e possibilidade de novos discursos e vozes femininas analisando a problemática social, outras formas de violência contra a mulher ganham visibilidade. Como elenca a autora: a destruição de objetos pessoais, a humilhação e tensão conjugal, a violência física e simbólica durante a gravidez, práticas discriminatórias no trabalho, preconceitos e violências contra grupos específicos de mulheres, exemplo, negras e indígenas.

Para Saffioti (1999) a violência direcionada as mulheres se torna a manifestação do patriarcado e nela se integra a violência familiar e intrafamiliar e a violência doméstica. A autora ainda contextualiza ao definir que a violência de gênero se trata de forma mais ampla, pois pode abranger mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. E, portanto, a violência direcionada as mulheres deve ser compreendida junta a desigualdade social e suas condições. Nesse ponto é essencial destacar a interseccionalidade dessas violências, pois as mulheres negras possuem outros níveis de violência e opressão nesse contexto. Assim é

necessário entender as diferenças de cada violência e suas camadas, seus níveis vão diferir frente a relação de raça, classe, etnia, gênero, idade e orientação sexual (VIGANO; LAFFIN, 2019).

O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher realizado no ano de 2020, pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres elenca os seguintes tipos de violência:

Figura 1 - Relatos de violência contra a mulher, total e distribuição percentual, segundo o tipo de violência – Brasil, 2019

Tipos de Violência	Total	Distribuição (%)
Total	85.399	100
Cárcere privado	2.511	2,9
Feminicídio/Homicídio 1	79	0,1
Tentativa de Feminicídio/Homicídio	7.836	9,2
Tráfico de pessoas	38	0,0
Violência física	43.106	50,5
Violência moral	16.869	19,8
Violência obstétrica	164	0,2
Violência patrimonial	1.489	1,7
Violência psicológica	3.894	4,6
Ameaça	3.256	3,8
Violência sexual	1.978	2,3
Outras	4.179	4,9

Fonte: BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília – DF, 2021.p.72

Por meio da tabela observa-se/apresentam-se os tipos de violência e a quantidade de mulheres afetadas por ela. Diante do todo percentual, é possível inferir que as mulheres reiteradamente continuam a sofrer violências e o contexto de desigualdade de gênero se sustenta enquanto cultural. Ou seja, subsiste uma cultura que define padrões de violência direcionados a mulheres: assédio, exploração sexual, estupro, tortura, violência psicológica, agressões por parceiros ou familiares, perseguição, feminicídio, sob as diversas formas e intensidades. Se mantém o padrão que viabiliza graves violações de direitos humanos e acesso desigual a direitos e garantias sociais.

Essa reiterada discriminação e violência demonstra a necessidade urgente em enfrentar as estruturas de violência enraizadas socialmente, diante de um compromisso real em coibir e desconstruir esse sistema que permite que todos os dias mulheres, jovens e meninas sejam submetidas as mais diversas formas de violência.

A participação política de mulheres, por vezes, permite que essas discussões ganhem visibilidade, sendo um caminho de efetivação e construção de uma sociedade melhor. Aliada a pressupostos de uma Cultura de Paz e consequente Educação para Paz nos mais diferentes âmbitos da sociedade, se oportunizam e aqui se defendem como um caminho no

enfrentamento a essa cultura quem fomenta as violências nas suas mais diferentes formas.

1.2 GÊNERO: CONSTRUINDO UMA VISÃO INTERSECCIONAL

A interseccionalidade nesta pesquisa é um lembrete que se deve conduzir os estudos de gênero para a compreensão complexa das violências que perpassam as mulheres e como estas violências apesar de presentes para todas possuem níveis bem divergentes e aprofundados entre si. A interseccionalidade é uma perspectiva que leva a entender os eixos de opressão que se perpassam como avenidas em uma grande cidade e que assim se potencializam, permitindo a compreensão e identificação dos problemas sociais e os reflexos das estruturas de dominação que são complexas e se apresentam de formas diferentes na intersecção dos vários eixos de dominação.

Conforme Crenshaw, “as mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias” (CRENSHAW, 2002, p.177).

Os estudos da interseccionalidade ganham reconhecimento com as formulações da feminista Crenshaw (2002), entre os anos de 1970 e 1980. Nessa teoria feminista, buscou-se a valorização e o reconhecimento do feminismo negro, que questionava a suposta universalidade do patriarcado enquanto sistema de dominação. De mesma forma os direitos humanos das mulheres não deveriam se calcar tão somente em situações que se assemelhassem aos problemas experienciados pelos homens, pois essa forma de entender os direitos e as situações de violência encobrem as experiências das mulheres, em especial das mulheres negras, as marginalizando das próprias reivindicações feitas pelo movimento feminista.

A interseccionalidade está ligada ao empoderamento e também ao desempoderamento, pois o racismo, a opressão de classe, sexualidade e outras vertentes do poder geram o acesso desigual para mulheres, conforme cada uma se insere nessas categorias (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade está em constante construção, mulheres negras e do movimento feminista negro vem desvelando níveis de discriminação que a realidade social continuamente perpassa sobre elas, por isso não é um campo homogêneo de estudos.

No Brasil os estudos interseccionais são essenciais para compreender as estruturas de exclusão que subsistem. Lélia Gonzalez, se configura como uma das precursoras dessa teoria em solo nacional, demonstrando que a articulação de gênero, raça e classe produz efeitos

violentos em particular sobre as mulheres negras (GONZALEZ, 1984).

Assim, mulheres negras passam pelo duplo fenômeno do racismo e sexismo, a violência que essa mulher enfrenta, segue-a por toda a vida e a depender do local que ocupa, novos níveis são acrescentados neste estigma. Nesse contexto, a violência tende a se aprofundar conforme estas mulheres tentem reverter a exclusão histórica e social a que foram submetidas. Por exemplo, se uma mulher negra se candidata a um cargo político em um espaço historicamente masculino, vai enfrentar tipos de violências diferentes aos quais uma mulher branca enfrentaria (GONZALEZ, 1984).

O Instituto Marielle Franco em pesquisa recente denominada “Violência Política Contra Mulheres Negras” constatou que mais de 70% das mulheres negras que disputaram as eleições municipais em 2020 sofreram alguma violência durante suas campanhas. O dado é alarmante e evidencia a urgência em pensar essa temática dentro da violência política de gênero (INSTITUTO MARIELLE FRANCO, 2020).

É essencial a compreensão que mulheres brancas, heterossexuais e de classe média/alta, não enfrentam os mesmos níveis de violência que uma mulher negra, lésbica, periférica. Essa teoria é fundamental para contextualizar a pesquisa e pontuar que as candidatas que foram parte do estudo dessa pesquisa são mulheres brancas, com capital e apoio, que já frequentam o meio político. Por isso a abordagem apresentada versa sobre elas, se de forma diversa versasse sobre uma mulher negra, em mesma condição, as violências seriam ainda mais diversas.

Realizados os devidos apontamentos encaminha-se então para a discussão da atuação política das mulheres e como ocorre na sociedade contemporânea.

1.3 FEMINISMO E ATUAÇÃO POLÍTICA

As discussões sobre a atuação política das mulheres parte do pressuposto que o direito ao voto e a candidatura, não foram suficientes para gerar condições igualitárias das mulheres frente a atuação política. Esse estudo requer uma visão complexa que ultrapasse as barreiras dos direitos firmados e das regras que permeiam as democracias recentes, trazendo para o debate as relações de gênero, mas também as variáveis de classe, raça, etnia, sexualidade, entre outras vertentes que se mostram como níveis nessa restrição do acesso a participação política e de fato um acesso irrestrito a cidadania (BIROLI, 2014).

Além disso, esses níveis estão ligados a divisão sexual do trabalho e a dinâmica desses espaços de poder, histórica e majoritariamente masculinos. A complexidade dos fatos

apresentados, a dinâmica da interseccionalidade e da violência política de gênero, trabalhada nesse estudo permitem firmar o entendimento que é imposto as mulheres, obstáculos em maior ou menor grau, materiais ou simbólicos, os quais criam empecilhos para a atuação política das mesmas e reafirmam padrões de exclusão (BIROLI, 2014)

O entendimento sobre as esferas públicas e a participação da mulher nos espaços públicos é uma história de exclusão e marginalização, tanto das mulheres como de outros grupos minoritários. Nessa balança também é imprescindível salientar as conexões entre patriarcado e capitalismo, pois há um caráter essencialmente patriarcal no escopo das instituições políticas contemporâneas, sendo essas dominações a combinação de níveis de violência e discriminação que se pautam no patriarcalismo, no racismo e no colonialismo.

Por consequência os efeitos desta exclusão são diferentes na vivência das mulheres de acordo com os fatores de racialização, exploração e precarização do trabalho e vida a qual cada uma é exposta. Assim, pode-se considerar o acesso desigual a participação política um problema em si, mas o efeito é diferente para grupos distintos. Inclusive a manutenção de homens no poder e nos espaços políticos possibilita a preservação de privilégio para algumas mulheres. Biroli (2014) aponta e explica a problemática da regulamentação do trabalho doméstico no Brasil para exemplificar essa temática:

Tomemos como exemplo a legislação relativa ao trabalho doméstico no Brasil, que só em 2015 equalizou os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais trabalhadores. A recusa dos legisladores, na maioria homens, a reconhecer esses direitos e regulamentá-los permitiu que fossem menores os percalços enfrentados por mulheres mais ricas para se profissionalizar e ingressar no mundo das carreiras, porque amparadas pelo trabalho mal remunerado e desempenhado em longas jornadas por mulheres pobres e negras, [...] (BIROLI, 2014, p. 172).

A política contemporânea em especial da América do Sul, evidencia as dinâmicas travadas por regimes autoritários e a recente democracia que constrói essas sociedades, mostra a concentração de poder e relação dos interesses existentes, inclusive no que tange as mulheres. No Brasil a chamada bancada BBB, termo usado para nomear à bancada armamentista (da bala), bancada ruralista (do boi) e à bancada evangélica (da bíblia) no Congresso Nacional do Brasil, alinhadas à direita política e ao conservadorismo brasileiros, trazem à baila a problemática do campo e a violência que esses grupos direcionam a trabalhadores e trabalhadoras rurais, além da violência a qual os indígenas vêm enfrentando. (BIROLI, 2014).

As tentativas de barrar essa violência e o avanço das apropriações de terras rurais, coloca as trabalhadoras do campo e as mulheres indígenas em evidência, possibilitando que as mesmas agreguem ao debate feminista no que se refere a direitos, democracia e participação,

avançando as discussões sobre essa temática e demonstrando a urgência da inclusão dessas pautas.

Compreender as barreiras de atuação das mulheres na política perpassa que esses grupos majoritariamente formados por homens criam impedimentos a participação das mulheres, suprimindo e perseguindo movimentos feministas. Entretanto, as mulheres vêm se organizando em ações difusas produzindo efeitos sociais, inclusive no meio Estatal. Isto gera um crescente fortalecimento do movimento feminista, mesmo que ainda sejam sub representadas na política tradicional. Campanhas, protestos, debates, permitem criar visibilidade as pautas das mulheres, em ambientes informais de participação política (BIROLI, 2014)

As mulheres também têm estabelecido pautas de críticas a democracia contemporânea, Biroli (2014) atribui a isto a formação Marxista e socialista que os grupos de ativistas possuem e também a crescente de protagonismo das mulheres negras, questionando as ações estabelecidas sobre racismo e hierarquia de classe na sociedade contemporânea. Assim as mulheres ainda contra toda a resistência e ausência da maioria dos cargos na política nacional, conseguem influência no meio social, gerando uma participação política indireta. Conforme Biroli (2014):

O desequilíbrio de influência entre diferentes grupos é o que a análise feminista das democracias submete ao escrutínio crítico. Em outras palavras, há diferença entre lidar com as formas de silenciamento que constituem o ambiente político e definem suas fronteiras e presumir algum tipo de silêncio, como se as vozes contestatórias não fizessem parte do espaço público. Os movimentos feministas têm atuado de “fora” (exercendo pressão a partir das ruas) e “dentro” do Estado, participando da construção de políticas e de novos marcos de referência para as democracias contemporâneas no âmbito estatal nacional e em organizações e espaços transnacionais. Não cabe dizer que essa atuação ocorre a despeito da baixa presença nos espaços formais de representação, mas, sim, que assume formas que têm relação direta com ela e que produz efeitos concretos, sendo imprescindível considerá-la para compreender a história política recente da América Latina (BIROLI, 2014, p. 178).

Logo, diante destas afirmações firma-se a importância imprescindível do movimento feminista na construção da história contemporânea de representação e atuação política de mulheres, no chamado processo de “despatriarcalização do Estado” (BIROLI, 2014). Mas isto não significa que a baixa participação política das mulheres não seja ponto alarmante, em especial no território nacional onde as mulheres eleitas têm uma média de apenas 10% na ocupação de cargos do legislativo.

Esse número diminuto nem de longe reflete as diversas participações que as mulheres vêm firmando em partidos políticos, movimentos e ativismos nas causas sociais. O que se

verifica é que barreiras de diversas naturezas freiam as carreiras políticas de mulheres nesses setores. Considerando a construção recente da democracia nacional, o período sombrio vivenciado na Ditadura Militar na história recente do Brasil e as diversas violências que as mulheres enfrentaram nesse contexto evidenciam as diferenças das mulheres no cenário político. Conforme Biroli “A violência da repressão não foi neutra em termos de gênero. [...] Estão hoje documentadas práticas de tortura a mulheres, que incluíram a violação e formas específicas de humilhação e terror, assim como a perseguição a homossexuais e o combate ao “homossexualismo” [...]” (BIROLI, 2014, p. 176).

O entendimento que misoginia e sexismo formam a base para a exclusão e restrição ao acesso político se tornou visível no debate somente de forma posterior. No período da ditadura, a luta anticapitalista e contra as injustiças que se acumulavam nesse contexto foram o cerne do movimento das mulheres.

Em contrapartida, a realidade contemporânea se mostra com a evidência desses problemas, acentuadas pela racionalização política e econômica, que possui a característica de esvaziar os laços de solidariedade e evidenciar a precariedade da vida. Juntamente os sentidos de feminino e masculino, apesar das estruturas que subsistem, vêm gradativamente se reformulando. As relações de gênero se transmutam nas mais diversas áreas. O movimento feminista se destaca na crítica a essas raízes da dominação em relação direta as vertentes do capitalismo, misoginia, homofobia, colonialismo e racismo que incutem níveis de violência e distinção na participação política de diferentes mulheres (BIROLI, 2014).

Assim as violências se interligam a violência política, gerando obstáculos na atuação política e consolidação das mulheres em cargos políticos, com práticas de exclusão e rechaço em um discurso para que a mulher volte ao “seu lugar”, que nessa visão patriarcal se resume a esfera particular, ambiente domésticos-familiares

Um estigma depreciativo elencando a mulher a lugares secundários e de ausência de espaços de decisão na sociedade. Estigma este fomentado e reproduzido em larga escala pelos meios de comunicação, e no contexto atual, pelas mídias sociais digitais e os discursos presentes no meio social que se amplificam nas redes.

Violência cotidiana e violência política interligam-se em práticas que pressionam as mulheres para permanecer naquele que seria “seu lugar” – ou a ele retornar –, isto é, os espaços doméstico-familiares, a aceitação de formas menos ou mais diretas de tutela masculina. Os obstáculos no acesso a recursos e a coerção mais direta, que a violência política põe em ato, não se misturam apenas aos estereótipos depreciativos.

CAPÍTULO 2 - VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO NAS REDES SOCIAIS E PRÁTICAS DISCURSIVAS: ENFRENTAMENTOS SOB A ÓTICA DA CULTURA DE PAZ E EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS

Pierre Lévy (1996) traz a afirmativa que existe uma falsa oposição entre real e virtual, visto que por vezes virtual é palavra usada para definir a ausência da existência. Considerando a atualidade essa oposição de fato inexistente, visto que o online vem influenciando e construindo o real das mais diversas formas. Inclusive acontecimentos virtuais por diversas vezes ampliam e potencializam o contexto real.

Discursos violentos são fácil e recorrentemente encontrados nas mídias sociais digitais. Recuero (2013) defende que a possibilidade do anonimato que o online oferece pode ser um dos principais motivos para comportamentos agressivos e violentos nesse meio virtual. A autora ainda destaca, que discursos violentos em redes sociais online, por vezes ganham a conotação de “humor”, o que possibilita a reprodução de preconceitos sexuais, gênero, raça, cor, entre outros, que podem afetar diretamente a imagem e reputação das vítimas.

Uma linguagem amplamente utilizada na internet, os ‘memes’, diante dessa roupagem de humor, se configuram em um meio de ridicularizar mulheres e demais minorias que adentram nos espaços masculinos. Para Recuero (2013) os efeitos dessa violência podem ser nefastos, pois a replicabilidade, a permanência e abrangência podem ampliar os danos causados.

Conforme Silveira (2022) considerando o contexto político, discursos e postagens virtuais carregadas de violência política de gênero tem o condão de invalidar, afastar e prejudicar mulheres que estão e que desejam adentrar no âmbito político. Para Hidalgo (2020) a questão ainda se agrava se considerar o fator de espetacularização da violência e o crescente desejo por “massacres virtuais” que têm se estruturado em meio virtual.

São inúmeros os casos de mulheres vítimas dessa violência, mas aqui ressalta-se o emblemático caso da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco (PSOL), que em 2018 foi morta a tiros em condições que até hoje são investigadas. Desde a morte de Marielle diversos casos de discursos de violência direcionados a ela foram fomentados em redes sociais.

A perpetração de violência que Marielle enfrenta mesmo após a morte demonstram o incomodo e o ódio contra mulheres que adentram a espaços de poder tidos como masculinos. A BBC News, em uma reportagem online, destacou que mesmo anos após sua execução, discursos de ódio e calúnias são proferidas em redes sociais, em caso recente uma desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro precisou se retratar após publicar

mentiras, dentre elas que Marielle faria parte do crime organizado, defendendo bandidos e usando drogas. A reportagem, também trouxe que a amiga de Marielle, Talíria Petrone, deputada Federal do Rio Janeiro também vem recebendo discurso de violência, principalmente de teor racista, reforçando e demonstrando a forte presença de violência política de gênero.¹

Outra vítima da violência política de gênero em meio virtual está Manuela D'Ávila que por diversas vezes veio a público em suas redes sociais mostrar os discursos de violência direcionado a ela, inclusive com ameaças de estupro direcionadas a ela e a sua filha então com 5 anos de idade. Em seu perfil na rede social *Twitter*, Manuela fez uma *tread* (sequência) relatando as diversas situações de violência vivenciadas:

Figura 2 - Rede social Manuela D'Ávila



Fonte: Twitter. Perfil Manuela(@ManuelaDavila).2022Disponível

em:<<https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1501980441959714821?t=fNPXVTTnWyVYBJfnKbA5Q&s=19>> acesso em 20 fev. 2022

¹ BBC. Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução. Disponível em<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56367394>> acesso 15 fev. 2023

Os teores dos discursos demonstram a violência enfrentada por uma mulher tão somente por ser mulher e estar no âmbito político. A mensagem é clara, mulheres não são bem-vindas em ambientes de poder que historicamente foram dominados por homens. As estruturas culturais destacadas ao longo de toda a trajetória desse estudo se mantêm firmes na “exclusão de posições estratégicas, decisão, insultos, humilhação, invisibilização, disseminação de discursos carregados de estereótipos, humor sexista, assédio sexual, bem como divulgação de desinformação etc.” (SILVEIRA, 2022, p.83).

Entende-se como necessário um enfrentamento das violências na esfera pública e privada, assim como no meio virtual. Para tanto é preciso conhecer, divulgar e compreender a violência e suas novas formas de propagação.

Conforme Hidalgo (2020) é essencial que haja discussão sobre a temática, tendo em vista que a ocupação de locais e posições tipicamente masculinos, desestabiliza e desconstrói estruturas historicamente naturalizadas, possibilitando a escuta de mulheres frente a tomadas de decisões importantes para a sociedade.

Partindo dessa premissa, Fairclough (1989) traz importantes premissas sobre o uso da linguagem e as questões do poder. Fenômenos linguísticos são também fenômenos sociais e há uma constante dialética entre eles. Assim para analisar discurso, sociedade e poder é importante compreender alguns elementos que integram a análise do discurso como ideologia e hegemonia.

A começar com ideologia que para Fairclough (1989) se constitui em significações da realidade, que são construídas com diferentes dimensões de formas nas práticas discursivas, que deverão contribuir para produção, reprodução ou transformação das relações de dominação, podem localizar-se tanto na estrutura como nos eventos sociais.

Relacionando ideologia com práticas discursivas encontramos a relação “com quem está falando, o que, para quem e com que finalidade”, além das escolhas linguísticas realizadas. Assim, a comunicação obedece a convenções relacionadas a interação e intencionalidade para que haja a manutenção das posições hierárquicas com discursos que visam convencer o interlocutor a aderir ou manter o que já acreditava anteriormente (FAIRCLOUGH, 1989).

No contexto da violência política de gênero é possível encontrar o relatado nas falas que reforçam ser o homem o mais capaz ou naturalmente mais propenso a conquistar liderança e sucesso no meio político. Analisar a ideologia permite compreender a realidade que permeia aquele discurso e o que deve ser o foco para uma mudança social.

O conceito de hegemonia para Fairclough (1989) se configura no poder sobre a

sociedade nos níveis econômico, político, cultural e ideológico. Os poderes possuem aspectos de instabilidade, o que nesse ponto permite mudanças, estabelecendo novas relações e modificando práticas já estabelecidas. Diante dessa conceituação é possível aferir a importância do discurso. As hegemonias poderão ser contestadas, produzidas e reproduzidas por meio do discurso.

Desse modo, como ressalta Resende e Ramalho (2006) são nas práticas discursivas que são naturalizados e reiterados falas sobre o papel de desigualdade da mulher frente ao homem, mas em contrapartida essas mesmas práticas discursivas possibilitam a desconstrução dessas estruturas, embora que diante de um processo lento e árduo. Ainda, Resende e Ramalho (2006) defendem que a hegemonia demonstra o quanto a ideologia é importante na manutenção da dominação, pois nesse contexto as hegemonias se subsistem na naturalização de prática permitindo a permanência de determinado poder.

2.1 VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

As mulheres experienciam prejuízos, separadas em maior ou menor grau, de um acesso desigual e dificultoso à cidadania. Os avanços dos últimos anos simbolizam importantes conquistas, mas esbarram em estruturas do sistema de patriarcado que continuam a privilegiar homens e manter mulheres em posições subalternas (BIROLI, 2018). Esses embates dos direitos das mulheres e a constatação do acesso restrito a diferentes dimensões sociais inserem nossa sociedade em uma democracia incompleta. Em termos políticos demonstra que homens continuam a legislar para homens e a mulher que enfrenta o sistema para estar no ambiente político já os desafia e, por isso, reiteradamente sofre agressões

A violência política de gênero é um tema relativamente novo nos estudos de gênero, merece destaque dado sua relevância. Em agosto de 2021 foi promulgada a primeira legislação nacional sobre a temática. Ao tratarmos da violência política de gênero, é preciso entender o conceito de gênero e como esse se articula na sociedade. Cada período histórico e recorte regional determinam os modelos e papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, e estes sujeitos deverão reproduzir essas funções esperadas. Ao longo do tempo criou-se a figura masculina como forte, sem sentimentos ou emoções, disciplinador; em contrapartida, a figura feminina foi construída como frágil, obediente, dotada de sensibilidade e emoções. Esses arquétipos garantem a estrutura de dominação masculina sobre o feminino na lógica força/fragilidade (ÁLVARES, 2003).

A teoria feminista vem para questionar a ideia biológica de inferioridade da mulher.

Demonstra que os desafios da mulher para ocupar os espaços públicos se dão por meio de construções sociais. Atrelado a esse discurso, debateu-se a ideia naturalizada sobre sexo biológico e a normatização da sexualidade, os compreendendo como amarras, para limitar e oprimir comportamentos não aceitos.

Ao entender o gênero e os papéis atribuídos a ele, segundo Pinho (2019) é possível visualizar como foi imposto às mulheres a posição de subordinada. O gênero não se trata apenas de uma percepção sobre as diferenças sexuais, mas da hierarquização destas. Conforme Scott *apud* Pinho (2019) tal caracterização hierárquica que confere ao homem a posição de mando e à mulher a de submissão, estabelece também formas de violências específicas contra as mulheres, cujo diferencial reside na impossibilidade de compreensão deste fenômeno sem que se leve em consideração a relação entre a sua motivação e o gênero da vítima.

As violências que acontecem em razão do gênero são inúmeras, talvez a vertente mais conhecida seja a violência doméstica atrelada à violência física. Especialmente no Brasil ela ganhou importância com a Lei Maria da Penha em 2006. Essa lei também permitiu a construção de um rol mais amplo de violências, alargando o debate antes tido como privado e no âmbito doméstico, para que seja debatido no público, sobre as violências enfrentadas que reiteradamente excluem a mulher da participação igualitária na sociedade (PINHO, 2019). O que se busca desenvolver nesse estudo é a violência política de gênero, com legislação recente publicada no Brasil em agosto de 2021 (Lei nº14.192/2021.)

Apesar da conquista importante da promulgação dessa lei, a violência contra as mulheres na política brasileira é cotidianamente naturalizada e negada de ser reconhecida dessa forma. O debate tem se ampliado e diversos países da América Latina vêm debatendo a problemática e também formularam legislações sobre esta. Na Lei nacional o conceito de violência de gênero vem descrito no art. 3 e parágrafo único:

Art 3. “Considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher. Parágrafo único. Constituem igualmente atos de violência política contra a mulher qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo (BRASIL, 2021).

Aprovado no Peru o “*Plano Nacional contra la Violencia de Género*” define “16 modalidades de violência, dentre as quais está o “assédio político”, que consiste em qualquer ação, conduta ou omissão baseada no gênero, cujo objetivo ou resultado seja menosprezar, anular, impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos das mulheres” (PINHO, 2019).

Krook e Sanín (2016) trazem uma análise interessante ao constatar que as legislações sobre violência política de gênero se dividem em 3 tipos: física, sexual e psicológica. As autoras apontam que nessa forma de divisão a violência psicológica precisa abarcar diversos comportamentos que poderiam ser reconhecidos como formas diferentes de violências. O que as autoras propõem é a inserção da violência simbólica e econômica, considerando a intersecção entre elas.

Nessa definição, a violência física deve abarcar todos os atos que atingem a integridade física da mulher ou de membros de sua família com vistas a atingi-la, o que abarca a violência sexual. Já a violência psicológica se define como aquela que visa atingir o estado mental e emocional das mulheres.

A violência econômica se define como os atos de controle do comportamento de mulheres na política, impondo restrições e dificuldade de acesso a recursos econômicos, que estão disponíveis aos homens. Segundo Pinho (2019, p.4) “O objetivo é tornar o trabalho político tão difícil ou frustrante que as mulheres sejam levadas a se retirar por conta própria ou a reduzir as chances de que elas possam realizar seu trabalho de maneira eficaz, afetando assim suas futuras carreiras políticas.”

Essa postura na política visa negar a competência da mulher, deslegitimando e estereotipando seu papel desempenhado na política. Para Krook e Sanín *apud* Pinho (2019, p. 5) o comportamento se converte em violência quando se torna em:

Desrespeito fundamental à dignidade humana, como produzir e distribuir imagens altamente sexualizadas e pejorativas, usar as mídias sociais para incitar atos violentos, ou não reconhecer ou negar explicitamente a existência de uma mulher nos espaços políticos pelo simples fato de ser mulher. (KROOK, SANÍN, *apud* PINHO 2019, p. 5

As autoras ressaltam que apesar dessas divisões as violências podem estar relacionadas e que um ato pode ter diversos significados e estar atribuído a diferentes tipos de violência.

A violência política de gênero, diferente do embate político natural dos oponentes, se concebe de forma difusa. Não se restringe ao ambiente político e aos colegas e opositores. Pode surgir da família, da comunidade, de setores da religião, da mídia e redes sociais, entre outras formas. Pinho (2019) destaca que a violência política de gênero tem um papel específico de indicar para mulheres que o debate público não é um lugar que as deseja como participantes e que quem desafiar o sistema sofrerá ataques e sanções desse comportamento “não aceito”. Ou seja, é uma forma de limitar/ negar o acesso da mulher à esfera política.

Conforme De Almeida (2004) o Brasil, se fundou em bases coloniais e escravistas,

portanto tem em sua estrutura a marca de uma sociedade autoritária, que espelha esse poder dos homens sobre as mulheres, incluindo a violência.

2.2 ESTUDOS SOBRE A PAZ NO ENFRENTAMENTO DAS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Dentre as frentes de enfrentamento a violência contra as mulheres, verifica-se a necessidade de repensar as estruturas de dominação que fomentam as desigualdades e garantem a perpetração de uma cultura de violência na sociedade.

Em contrapartida à Cultura de Paz se mostra como a via possível para enfrentar esses mecanismo e forças na sociedade que constroem essa realidade desigual, além de expandir os horizontes para a formulação de uma sociedade que seja marcada social e culturalmente pela igualdade e resolução pacífica de conflitos, que tenha a Paz como vislumbre final.

Para tanto se faz relevante os conceitos sobre a paz e como esta é complexa e multifacetada. Jares (2002, p. 131) entende a paz como "um fenômeno amplo e complexo que exige uma compreensão multidimensional". Dessa forma a paz pode ter diversos significados em cada contexto cultural e para compreendê-la em seus processos e diretrizes é preciso ampliar a visão e suas concepções.

Para Galtung (2006) o conceito de paz pode ser dividido em duas vertentes: a paz negativa com base na ausência de violência; e a paz positiva gerada a partir da cooperação e integração entre pessoas de grandes grupos. Partindo da visão de paz positiva, esta exige em sua constituição e afirmação, ações e relações concretas na realidade social.

Balestreri (2003) afirma que a paz não é tão somente um marco que a humanidade vai atingir na superação de grandes conflitos históricos e sim um exercício por vezes pontual, pessoal, individual que necessita de reflexão do sujeito sobre a gravidade do agir, nominal e intransferível. Balestreri (2003) acrescenta que esta concepção é feliz, na medida em que a reflexão pode apontar para alternativas que viabilizem a paz, assim como pode ser perturbadora, "porque o mundo não vivencia, com real determinação, uma Cultura de Paz" (2003, p.198). Compreender a Cultura de paz é imprescindível para orientar os estudos e as ações, para tanto é interessante articular com três conceitos fundamentais: a violência, os conflitos e a paz.

Para Salles Filho a Cultura de Paz diz respeito: [...] "ao grande campo de atividades humanas que levam em conta um mundo melhor, mais humano, solidário, justo e sustentável.

A Cultura de Paz cabe e vale para todos os seres humanos." (SALLES FILHO, 2016,

p. 14). Dessa forma, o campo de estudo é amplo, permeia direitos, deveres coletivos e individuais e ações humanas que busquem de forma responsável posicionar-se contra a violência. Por isso, a Cultura de Paz abrange também a violência, pois a mesma manifesta-se em diversas formas, indiretamente enraizada na sociedade e diretamente quando há um autor que deliberadamente a pratica. É preciso pensar a violência e as estruturas que a mantêm, para que os sujeitos possam enxergar e mitigar a naturalização e banalização com que ela ocorre.

O conflito, apesar da conotação comumente negativa, faz parte da sociedade e das relações humanas, é inerente à natureza humana e pode trazer desdobramentos potencialmente positivos (JARES, 2002). Conforme Jares (2002), a relevância para a construção de uma Cultura de Paz está em saber conduzir e regular o conflito de maneira não-violenta.

A paz, considerando suas variações e significados, só será possível dentro de um processo contínuo de fortalecimento de uma cultura de não-violência e como ressalta Salles (*et al*, 2018, p.114) se faz por meio de “uma construção social e cultural, de cunho pedagógico, no qual todos os cidadãos devem participar, operar, empenhar-se, engajar-se, confrontando as estruturas de violência com as estruturas de paz”.

Nas palavras de Salles Filho (2016), a Paz é uma “revolução não-violenta” que se coloca como necessária para a quebra de paradigmas de intolerância e rompimento com estruturas presentes na sociedade que fortalecem a discriminação, a injustiça social e o desrespeito aos direitos humanos.

A paz também pode ser pensada em sua dimensão pedagógica, a Educação para a Paz, visto que é necessário um processo pedagógico de construção social para a existência de uma Cultura de Paz (SALLES *et al*, 2018). Segundo Jares (ano) é preciso realizar uma política global e educativa, sobre as diferenças especialmente no que tange à educação antirracista. A Cultura de Paz só tornar-se-á uma realidade se houver “reconhecimento e integração das diferentes culturas” (JARES, 2002, p. 103).

Muito se fala em violência física, porém é essencial a compreensão mais ampla, que perpassa a sociedade, os movimentos sociais e a própria organização das relações humanas. Conforme Salles Filho (2016) as mudanças sociais podem se tornar elementos configuradores de violência, assim como da paz, dos conflitos e alterando até mesmo a própria dinâmica de convivência.

A presente proposta busca compreender as violências, mas também considerar as reconfigurações necessárias para que os encaminhamentos sejam em prol da construção de uma Cultura de Paz.

Por isso aqui se busca caminhar entre as concepções de violência tendo em vista a

compreensão dessa dimensão. De acordo com Salles Filho (2016) violência estrutural, também chamada de violência indireta ocorre na vida em sociedade, em contrapartida a violência direta é a noção geral de violência, aquele que pressupõe um ataque direto de uma pessoa para outra. São em certo sentido complementares visto que a estrutural tem o potencial de ocasionar a violência direta em uma sociedade. Nas palavras de Salles filho (2016, p. 69): “[...] violência é estrutural quando não há um ator definido, onde a estrutura já assumiu formas de poder e possibilidades desiguais entre as pessoas. Já a violência direta é contra algum ser vivo, onde o objetivo é ferir ou aniquilar. ”

De igual maneira, ao pensar sobre Cultura de Paz e os contextos de violência, a Educação torna-se um elemento que deve permear o entendimento sobre o tema. As mudanças sociais, por meio da educação podem reconhecer nas mudanças sociais as possibilidades de construir uma sociedade mais igualitária, se essa educação, conforme Salles filho (2016) vise educar não apenas para o presente, mas para além na construção de uma auto-eco-organização.

Nesse cenário, Santomé (2013) é um autor que constrói uma teoria baseada nessas mudanças sociais as quais ele denomina “revoluções”, buscando compreender as dinâmicas sociais e os reflexos que trazem para a sociedade. Ele traz as seguintes revoluções: a revolução na tecnologia da informação e comunicação, na ciência, na estrutura das populações e nações, na economia, na política, nos valores, entre outros.

Considerando a temática que conduz este estudo busca-se ater na “revolução na tecnologia da informação e comunicação” para refletir e construir os significados necessários para as pontes do conhecimento aqui proposto.

Santomé (2014) *Apud* Salles Filho (2016) traz o paralelo do desenvolvimento da era digital, compreendendo que depois de 1970 a tecnologia deslancha possibilitando toda a gama de elementos que se possui atualmente. Tal contexto deu abertura aos fomentos de melhorias na saúde, na vida das pessoas, nas indústrias, mas também se abre para uma nova gama de problemas sociais derivados dessa revolução, que segundo o autor em muito se relaciona com o acesso desigual existente na sociedade complexa e industrial.

De acordo com Santomé (2014) *apud* Salles Filho (2016, p.71):

Frente ao crescimento dos meios de comunicação, do número de portais na internet destinado a oferecer todo tipo de informação, à complexidade das redes sociais que crescem constantemente em número de pessoas que se relaciona entre si, urge uma educação destinada a transformar a subjetividade de quem participa e recorre a estes meios para se informar e comunicar. Tornar-lhes conscientes de que não devem se contentar em serem expectadores passivos e silenciosos, mas se transformar em autênticos cidadãos, seres humanos capazes de expressar, opinar e avaliar toda a

informação à qual têm acesso.

Este é um contexto importante para pensar a realidade social e a realidade virtual que fundamenta a vida na atualidade, as informações que passivamente as pessoas recebem por vezes pautam a forma de pensar, de agir e traz a alienação, permitindo análises rasas e vazias sobre assuntos que deveriam ter um tratamento crítico e contextualizado.

A violência estrutural está intrinsicamente ligada a forma como as notícias chegam à população, cabe a problematização e reflexão de como essa revolução pode atuar de maneira crítica no tratamento e consumo das informações.

Ainda conforme Santomé (2014) *apud* Salles Filho (2016, p.71):

É preciso que estejamos muito conscientes de que o conhecimento é informação refletida, valorizada, sistematizada e posta em ação para produzir ou contribuir para a melhoria dos processos e das atividades científicas, tecnológicas, econômicas, culturais, etc.; o melhor caminho para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa, humanista e solidária.

Assim a comunicação é ponto chave para tratar o conhecimento por meio de um movimento questionador e crítico das estruturas que se impõem, sendo preciso fomentar os valores como justiça, equidade e direitos humanos ao informar. Salles Filho (2016, p.73) conduz a compreender que a “revolução na tecnologia da informação e comunicação” é inegável na sociedade atual, mas que essas transformações podem construir as pontes necessárias para uma mudança na informação e comunicação crítica.

Nessa revolução, não há como impedir o acesso às tecnologias, pois já estão incorporadas à vida, assim como é muito difícil aceitar que apenas a regulação destas fontes seja a solução. Usar, refletir e trabalhar com essa gama crescente de informação e comunicação dos últimos anos, de força coerente, crítica e não preconceituosa poderá colaborar decisivamente com novos olhares. Nesta revolução da informação e da comunicação, temos alguns aspectos a considerar no contexto das violências. Primeiro é a sobre o acesso aos bens tecnológicos que possibilitam apreender maior número de saberes. Quanto maior poder aquisitivo, maior possibilidade de recursos melhores e formas de conexão mais rápidas, seguras e ilimitadas. Isso quer dizer que a populações de menor poder aquisitivo serão prejudicadas neste sentido, não só nos lares como especialmente nos espaços educacionais. Em que pese que inúmeras escolas públicas e projetos sociais tenham seus laboratórios de informática (ou nome similar), as escolas privadas possuem aparelhos mais modernos, como por exemplo, lousas digitais. Isso será determinante para o sucesso de algum sistema de ensino? Não! Mas faz diferença? Sim! A pergunta é complexa para uma resposta trivial, e, o que precisamos aceitar é que a tecnologia é muito positiva e importante, embora não seja o único aspecto da educação para o século XXI que busca qualidades humanas nas pessoas. (SALLES FILHO, 2016, p.73)

Essa revolução demonstra a importância de compreender e estar atento as novas tecnologias impostas em nosso meio, por vezes desumanizam as relações e podem, em especial importância, desumanizar a comunicação e informação que chegam aos indivíduos,

construindo um pensamento coletivo voltado a reproduzir as estruturas de violência. Se o desejo é construir uma Cultura de Paz, é preciso estar ciente e engajado nesta problemática.

Também é importante demonstrar que a Liberdade é inerente a Paz e ambas são a base necessária ao desenvolvimento da democracia, sendo princípios fundamentais da Cultura de Paz. Segundo Salles Filho (2016, p.92): “Como Cultura de Paz a disseminação de que a Paz precisa ser querida, ser desejada pelos povos e a Educação para a Paz como estratégia pedagógica para apresentar, discutir, apreender habilidades cognitivas, sociais e humanas para atuar em sociedade.”

É relevante refletir que a Paz não ocorre de modo isolado e autônomo, ela envolve os conflitos sociais ao longo do tempo, as violências enraizadas e urgência em construir vivências mais humanizadas na realidade dos sujeitos. Segundo Salles Filho (2016, p.93)

A violência pensada, planejada e levada a cabo é uma das formas que demonstra que o ser humano ainda precisa ampliar pensamentos e sentimentos menos competitivos, agressivos, destrutivos numa palavra violentos. Aqui, como já expressei anteriormente nesta pesquisa, dizemos que se conseguimos pensar, planejar e executar tão bem a violência em nossa vida, podemos igualmente aprender a fazer isso com a Paz.

A violência encontra-se tão disponível no cotidiano e enraizada nas vivências que conduz a pensar que a Paz é algo distante e utópico, impossível de concretizar na prática. Quando na realidade a mudança é viável e possível se houver a mudança dos paradigmas. A Paz é engajada e requer atitudes concretas em sua construção, a visão crítica e os preceitos da Cultura de Paz e Educação para a Paz devem permear as mais diversas relações e problemas sociais. O que se defende neste estudo é que a Paz se coloca como a via possível para conduzir a mudança social necessária ao encarar as violências de gênero e a reprodução de discursos, tanto em meio digital como no meio real. Reiteradamente Salles Filho (2016) acompanha e exemplifica a discussão elencada, conforme:

1. A Cultura de Paz não pode ser entendida apenas por fragmentos de práticas ou de discursos; 2. Uma Cultura de Paz pode ser uma intenção global, mas que requer considerar todo o complexo do entrecruzamento entre as noções de indivíduo-espécie-sociedade, além da relação entre o ser humano e o saber científico; 3. Paz não é apenas um estado pleno de harmonia, ao contrário é um processo construído entre razão, emoção, práticas sociais, dimensões culturais, espirituais entre tantas, devidamente situadas em contextos retroalimentados pela objetividade e subjetividade humana; 4. A Cultura de Paz se faz na intersubjetividade, na convivialidade, supondo assim, a importância de processos de ensino e aprendizagem, que chamamos de Educação para a Paz (SALLES FILHO, 2016, p.91).

A educação se coloca novamente como o instrumento capaz de aliar as temáticas, assim uma educação que considere o presente, mas que principalmente desvele um futuro

otimista e engajado nas mudanças sociais, sem deixar de considerar as violências, as ameaças e toda a estrutura que se enraíza nas relações humanas é a chave para a construção da sociedade que aqui se almeja.

Nesse ponto, se torna relevante investigar a perpetração dos discursos de ódio em redes sociais digitais voltados às mulheres na política. A exposição virtual torna mais visível para a população os dilemas enfrentados. Somente com a tomada de consciência e construções pedagógicas sobre a paz e as formas não-violentas para dirimir esses conflitos, será viável gerar o diálogo entre culturas e mitigar a propagação das violências, em particular a violência de gênero, foco deste estudo.

Assim o que se propõe é a análise dessas violências de gênero na política, nas redes sociais, tendo como norte as discussões da paz, exatamente por acreditar que este é o caminho pelo qual a sociedade consegue articular com as frentes das violências; e acolher e fomentar as transformações necessárias para superação desse paradigma de exclusão das mulheres. Para além de uma pesquisa que se dedica a desvelar as violências, aspira-se a construção de vertentes possíveis para o dilema das redes, em uma ponte as possíveis articulações para a formação de bases desse direcionamento dos discursos que se amplificam em rede, em foco específico da violência política de gênero.

2.3 EDUCAÇÃO PARA AS MÍDIAS: POSSIBILIDADES FRENTE AS VIOLÊNCIAS

A mídia tem se consolidado como um elemento central na formação da sociedade e da vida dos sujeitos no século XXI. Rompe com as barreiras público-privadas, local-mundial e do indivíduo-coletivo, e o que poderia se configurar como uma abertura para o conhecimento e as conexões com o mundo, por vezes caminha para uma estrutura que sistematiza e fomenta violências e alienações. Martin-Barbero (2000) há um bom tempo já demonstrava que o ecossistema comunicativo tinha o potencial de se tornar tão vital quanto o ecossistema ambiental.

O que se verifica é que as crianças vêm desenvolvendo precoces habilidades cognitivas no que tange a tecnologia. Buckingham (2000) destaca que a infância na realidade contemporânea está sendo definida por meio do uso de tecnologias e mídias digitais. O que implica na preocupação da preparação destas crianças que estão acessando um ambiente que é repleto de uma série de problemáticas as quais nem os adultos sabem ao certo como reagir.

Se considerarmos a enxurrada de desinformação fomentada em tempos eleitorais nas maiores democracias do mundo e que diferem como centro para sua propagação as mídias

digitais, se percebe o dilema de preparar essas crianças a lidar, interpretar e pensar de maneira crítica aos conteúdos disponíveis.

Spinelli e Santos (2020) em sua pesquisa sobre educação midiática elencam o estudo da Universidade de Stanford, que traz os seguintes dados:

O estudo [...] que avaliou a capacidade dos jovens americanos em verificar a credibilidade do que leem e reuniu alunos de ensino fundamental, médio e superior, onde foram observados temas como literalidade das notícias, habilidade dos estudantes em julgarem o feed do Facebook e do Twitter, comentários deixados nas sessões de opinião, postagens em blogs, fotografias e mensagens digitais que moldam a opinião pública. Após a aplicação dos testes, os pesquisadores chegaram à conclusão de que os jovens focam mais no conteúdo do que nas fontes e que ignoram ferramentas básicas como a de verificação no momento que leem as notícias. Para medir a habilidade dos estudantes em discernir sobre a confiabilidade das fontes, uma das questões apresentava a foto de uma margarida, postada em um site de compartilhamento de fotos. A legenda dizia que a disfunção da flor se daria pelos efeitos do desastre nuclear de Fukushima, no Japão. Ao apresentar a foto e a legenda, os pesquisadores perguntavam se o post apresentava evidências suficientes para relacionar a condição da planta ao acidente nuclear. O resultado esperado seria um estudante que questionasse uma base de evidências para, então, confiar na informação. De um modo geral, os alunos de todos os níveis – básico ao superior - foram cativados pela fotografia. Menos de 20% questionaram a origem do post ou a fonte da foto. Um quarto argumentou que o material não forneceu fortes evidências, mas apenas porque mostrava flores e não outras plantas ou animais que poderiam ter sido afetados pela radiação (SPINELLI; SANTOS *apud* WINEBURG, 2020. p.148).

O que demonstra a importância de fomentar e ensinar as crianças e jovens a desenvolverem competências para compreender a realidade que se apresenta e compreender a responsabilidade do compartilhamento e da verificação das informações on-line. As características do mundo virtual envolvem e relacionam os sentimentos das pessoas, as comunicações e informações, o que as faz acreditar que é o ambiente propício para propagação das mais diversas ideias.

O uso eficaz e seguro das mídias digitais tem sido elencado como uma das novas competências globais, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD):

[...] o acesso a uma quantidade ilimitada de informações é muitas vezes associado à falta de alfabetização midiática, o que significa que os jovens são facilmente enganados por notícias partidárias, tendenciosas ou falsas. Nesse contexto, cultivar a competência global dos alunos pode ajudá-los a capitalizar os espaços digitais, entender melhor o mundo em que vivem e expressar com responsabilidade sua voz on-line (SPINELLI; SANTOS *apud* THE OECD, 2020. p.150).

Consolida-se a necessidade de repensar e incentivar maneiras críticas das crianças e jovens desenvolverem as habilidades para o uso consciente das redes digitais. Diversos temas são usados para exemplificar essa ideia, como educomunicação, educação para as mídias e alfabetização midiática, ambos permeiam a ideia de gerar uma área interdisciplinar capaz de

criar formas de ensinar e mediar a inserção dos meios de comunicação. Ainda conforme Spinelli e Santos (2020) não se trata de excluir os meios ou menosprezar os conteúdos digitais, mas compreender que existem conteúdos positivos e negativos que são livremente circulados nas redes.

Há a discussão inclusive da inserção da alfabetização midiática no currículo escolar pois, segundo Spinelli e Santos (2020, p. 152)

1. os meios de comunicação, em alguma de suas formas, ocupam posição central na vida pública de pessoas de todas as idades, em termos de trabalho, participação política, educação e entretenimento; 2. o teor das mensagens nunca é transparente, isto é, como em outras esferas discursivas, o conteúdo veiculado pelas mídias transmite valores e pontos de vista sectários, querendo parecer universais; 3. a participação social requer também pessoas hábeis para lidar com as mídias, que saibam, ao mesmo tempo, defender-se de efeitos nocivos e tirar proveito daquilo que lhes convém, como consumidoras e como cidadãs.

A alfabetização midiática se configura como um instrumento de ensino para o uso das tecnologias, a criticidade dos conteúdos consumidos, maior preocupação e entendimento com o controle institucional que essas plataformas de mídias digitais possuem, além de preparar esse sujeito que nas dinâmicas das redes também será um enunciador e precisa compreender a responsabilidade individual que as redes e propagação de postagens e discursos também possuem.

Paulo Freire (2010) ao tratar o consumo de mídias traz a importância de um sujeito que desenvolva a inquietação intelectual constante para que não se torne apenas objeto passível dos conteúdos. Para Freire (ano) a comunicação busca identificar sentidos em comum, visando um processo que fuja do mecanicista de apenas transferir/entregar algo a alguém. Essa teoria comunicativa estaria fadada a transformar o saber vivo em um saber morto, para o educador comunicação é a via para a ação.

Dessa forma o dilema das Fake News faz refletir que o sistema falhou, principalmente na concepção contemporânea de informação e demonstra que o processo precisa ser reorientado sobretudo na Educação para se atingir uma comunicação para a ação e um indivíduo crítico no uso das redes.

O debate que se apresenta quando a problemática dos discursos violentos, se relacionam a Alfabetização Midiática Informacional (AMI), tema da que trata da capacitação de indivíduos para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A explicação sobre o tema é apresentada por Leite (2019): “Este termo, que se refere ao desenvolvimento de capacidades ligadas ao acesso e à operação dos diferentes tipos de mídia, também remete ao conhecimento necessário para interpretar e produzir conteúdo, de forma

crítica, em diversos contextos midiáticos” (LEITE, 2019, p.11).

Apesar das perspectivas problemática e de reprodução de preconceitos, autores como Castells (2013) mostram que esse ambiente aparentemente caótico, também tem potencial de gerar transformações sociais, que favorece os protagonismos dos sujeitos. Esse autor cunha o termo auto comunicação, que se refere aos usos da internet como plataforma de auto comunicação dos sujeitos, tem a características de comunicação em massa pois apresenta as mensagens de muitos para muitos, conexão com plateia invisível que transmitem essas informações. Assim os conteúdos e os indivíduos contam com relativa liberdade que tem o potencial de permitir novas articulações, intercâmbios de ideias e de expressões, o que teria o condão de garantir direitos individuais e fundamentais, por meio da mobilização que esse contexto pode gerar, engajando seu público com grandes causas sociais.

Mas este mesmo autor destaca que a liberdade gera responsabilidade e carece de uma maneira crítica para pensar e reproduzir conteúdo. Assim as TICs se mostram como uma alternativa para a construção de uma sociedade democrática, possibilitando acesso de todos os espaços de discussões e produção das mudanças sociais e da atuação política. Castells (2013) reitera que a “autocomunicação” deve ser consciente e emancipadora.

Os ambientes virtuais potencializam as contrações e problemas sociais, tem as mesmas características da realidade social concreta, são repletos de interesses comerciais, ideologias, hegemonia nos discursos e todas as contradições que formam a sociedade. Dessa forma, diante desse cenário, da agilidade e enorme quantidade de informações que por vezes molda a forma de interpretar a realidade, padroniza comportamentos, exige mais do que nunca a formação crítica de sujeitos, capazes de um entendimento emancipador e racional sobre a enxurrada de informações com a qual são atingidos diariamente.

Formar cidadãos que consigam firmar uma relação crítica com as TIC's e qualquer que sejam os discursos, conversas, interações, ou propostas que inevitavelmente serão atingidos nos espaços virtuais.

Assim é interessante pensarmos a concepção de Paulo Freire (1997), para buscar entender que caminhos são possíveis diante do meio digital que possibilita a atuação política dos indivíduos, mas que ao mesmo tempo é utilizado como forma de dominação ideológica, reprodução de violências e discriminações, além da reprodução constante de notícias falsas.

Freire (1997) se mostrou sempre um defensor da democracia e da construção de mecanismos que possibilitem emancipação dos sujeitos e participação no cenário social. O patrono também possui escritos sobre comunicação o qual transcreve-se:

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interditado do seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou de outra forma, na briga em defesa desse direito, que, no fundo, é o direito também a atuar. [...] É tão imoral ter nossa voz silenciada, nosso “corpo interditado” quanto imoral é o uso da voz para falsear a verdade, para mentir, enganar, deformar (FREIRE, 1997, p. 60).

Pode-se entender a exclusão do acesso as tecnologias como forma de negação do direito do bem cultural que é a comunicação, um projeto de dominação e poder que ainda persiste sobre determinada parcela da população.

Professora Dra. Jaciara de Sá Carvalho, da Universidade Federal Fluminense e do Instituto Paulo Freire, demonstra é necessário pensar e enfrentar o sistema das desinformações, reprodução de mentiras e ódio nas postagens virtuais (LEITE, 2019). Para a professora a Alfabetização midiática deveria ocorrer de forma natural, dialógica e significativa para os educandos, exatamente pelo caráter questionador firmado em toda a obra do educador.

A educação para as mídias se construiria, não em uma formação tecnicista e instrumentador, mas em “uma educação de libertação, autonomia e pensamento crítico dos indivíduos sobre esse novo mundo tecnologicamente globalizado” (LEITE, 2019). Freire (1997) adverte que a atividade intelectual do educando não pode ser reduzida a um jogo de interpretações, pois isso tira a força transformadora que essa atividade deve ter.

[...] ...quanto mais essa dicotomia entre ler palavras e ler realidade se exerce na escola, mais nos convencemos de que nossa tarefa, na escola ou na faculdade, é apenas trabalhar 137 com conceitos, apenas trabalhar com textos que falam de conceitos. Porém, na medida em que estamos sendo treinados numa vigorosa dicotomia entre o mundo das palavras e o mundo real, trabalhar com conceitos escritos num texto significa obrigatoriamente dicotomizar o texto do contexto. E então nos tornamos, cada vez mais, especialistas em ler palavras, sem nos preocupar em vincular a leitura com uma melhor compreensão do mundo. Em última análise, distinguimos o contexto teórico do contexto concreto. Uma pedagogia dicotomizada como esta diminui o poder do estudo intelectual de ajudar na transformação da realidade (FREIRE; SHOR, 1987, p.165).

Para Freire (1996) o ser humano é programado para aprender, mas o patrono destaca que o sentido de aprender só se configura com o agir sobre o mundo. “O mundo não é. O mundo está sendo.” (FREIRE, 1996, p.85)

O papel de aprender não é apenas constatar e sim intervir como sujeito emancipado na realidade e nos problemas sociais. Porém a ação dos sujeitos para gerar a transformação social precisa ser travada de forma coletiva, como um processo social crítico da realidade, da comunicação e na reprodução de discursos que permeiam a sociedade (MEDITSCH, 2017).

Para atingir essa máxima, precisa-se conceber a pedagogia de maneira política, não há neutralidade na formação crítica. De acordo com Freire:

A raiz mais profunda da politicidade da educação se acha na educabilidade mesma do ser humano, que se funda na sua natureza inacabada e da qual se tornou consciente. Inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano se faria um ser ético, um ser de opção, de decisão. Um ser ligado a interesses e em relação aos quais tanto pode manter-se fiel à eticidade quanto pode transgredi-la (FREIRE, 1996, p.124).

Paulo Freire (1980) demonstra que a educação tem papel de transformação da realidade e da emancipação dos sujeitos, os tornando cidadãos críticos capazes de problematizar, compreender e interpretar as informações, interações e diálogos de maneira contextualizada crítica e ética. A retomada de uma perspectiva Freiriana para entender as novas tecnologias, as práticas e os discursos que formam esse universo, são essenciais para a construção de uma mídia que não favoreça as injustiças e a desigualdade de gênero, pois conforme o Patrono “A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo” (FREIRE, 1980, p.40).

A contribuições de Freire relacionam-se com a construção de uma Educação para a Paz e Cultura para Paz, pois ambas demonstram a importância da mudança de paradigmas que têm moldado os sujeitos e os discursos enfrentados nesta pesquisa, possibilitando um diálogo ético dos caminhos possíveis para superação dessa reprodução alienante de violências contra as mulheres e demais minorias. (MEDITSCH, 2017).

É preciso sobretudo uma educação libertadora, que conduza os sujeitos em um processo social de superação dessas estruturas limitantes e de uma Cultura que entende a violência como natural na reprodução de formas de pensamento. O processo é árduo, mas os caminhos são possíveis, a crença limitante e a conformidade com o *status quo* não podem impulsionar as concepções, sobretudo dos educadores, que nessa relação possuem papel essencial de propiciar formação críticas dos educandos.

No meio social também há alternativas, principalmente na forma como a mídia trata e retrata as mulheres, favorecendo e fomentando discursos preconceituosos e de exclusão. Na medida em que as instituições e pessoas que possuem poder na sociedade reproduzem falas e imagens de violência contra as mulheres, esses discursos repercutem e portam o potencial de influenciar e autorizar comportamentos.

2.4 PAZ E COMUNICAÇÃO: ALGUNS CASOS DE SUCESSO

Com a nova realidade que se encontra a comunicação e principalmente a comunicação virtual que subsiste a hegemonia do masculino nos discursos violentos, elenca-se como

essencial a compreensão da ética feminista na comunicação.

Diversas autoras vêm formulando suas teorias acerca da importância da ética feminista na hora de informar. Linda Steiner (2014) e Aimée Montiel (2011), demonstram a relevância de apontar a diversidade, desconstruir narrativas e representações midiáticas e trazer à tona formas pacíficas de tratar dos conflitos existentes na sociedade. Conforme Salhani *et al* (2019, p.3):[...] “contrapondo-se à produção de conhecimento pelo viés masculino e à cultura organizacional que a legitima, pensa-se, epistemologicamente e deontologicamente, em alternativas que incluam a perspectiva de gênero na comunicação.”

Para compreender e relacionar as redes sociais com uma comunicação comprometida com o combate à violência e emancipação dos sujeitos nestes termos, opta-se pela autora Carol Gilligan (1982), psicóloga americana, que possui como ponto central de seus estudos a ética do cuidado. De acordo com Kuhnen (2014, p.01): “Trata-se de uma perspectiva crítica que questiona a voz da moralidade, da ética e da justiça em contraponto à ética do cuidado.”

Kuhnen (2014), que traz importantes contribuições a teoria de Gilligan (2014), entende que a voz feminina na comunicação, tem o potencial de desviar do padrão patriarcal, trazendo perspectivas, com ênfase no cuidado de indivíduos e grupos, priorizando princípios diversos dos tradicionais impostos, em uma visão mais humanizada na forma de comunicar. O autor entende que a teoria moral feminista busca reivindicar um espaço para o feminino nas questões sociais, produzindo uma voz diferente da voz padrão. Uma voz capaz de usar a emoção, mas movida por uma racionalidade contextualizada que se contrapõe a racionalidade padrão. Por isso a chamada ética do cuidado, que fomenta esse cuidado de indivíduos e grupos, conforme Kuhnen (2014, p.6) possibilita “[...]dar espaço aos sentimentos morais, tais como, amor, entendimento mútuo, empatia, entre outros, não é uma abordagem feminina, mas uma abordagem feminista da ética, que visa à transformação da própria sociedade patriarcal.”

Kuhnen (2014) problematiza no que tange as reproduções de machismos nas narrativas femininas, que dentro deste contexto são replicadas sem a devida crítica inclusive por jornalistas e mulheres que ocupam espaços públicos de poder. Dessa forma, a simples inclusão de mulheres não é meio único e suficiente para a igualdade de gênero e quebra das vozes tradicionais, é preciso construir a ética feminista na comunicação, que encaminhe as discussões para a paridade de gênero e justiça social.

O ponto central da teoria da ética do cuidado se firma no entendimento de como uma responsabilidade sobre a comunicação direcionada a outras pessoas pode gerar comportamentos mais tolerantes, éticos, e responsáveis, tanto nos meios tradicionais de comunicação como na nova comunicação concebida na internet (CABRAL, SALHANI;

SANTOS, 2020).

Assim, a ética feminista na comunicação se apresenta como uma abordagem que possui como norte as questões de igualdade de gênero e a justiça social. A importância de incluir narrativas femininas de maneira crítica, a fim de promover a igualdade e atenção a cada grupo que perpassa pela opressão socialmente construídas, visando construir um ambiente que promova o respeito as mulheres e as minorias em todo o tipo de comunicação, e por consequência introduzindo essa discussão na forma como indivíduos se comunicam nas redes, possibilitando problematizar e encontrar caminhos possíveis diante de todos os discursos de violência de gênero que mulheres na política enfrentam (MONTIEL, 2011).

Algumas propostas têm se evidenciado como alternativas, em contraposição a mídia tradicional. Aqui cita-se alguns meios que vêm construindo guias éticos aliados a visão da interseccionalidade nas produções midiáticas, como o caso do Bitch Media, uma revista de cultura, que realiza as atualizações necessárias as matérias e seguindo os preceitos de desmonte da violência de gênero.

Figura 3 - Bitch Media



Fonte: Facebook. Bitch Media. Disponível em; <<https://ptbr.facebook.com/bitchmedia>> acesso em 15 mar. 2023

A ideia para a revista surge em 1996 e em seu site oficial² se intitula como uma alternativa feminista à cultura pop. Nas palavras das fundadoras: “A missão da Bitch Media é fornecer e encorajar uma resposta feminista engajada e ponderada à grande mídia e à cultura popular”³ (BITCH MEDIA, 2023).

A Bitch Media possui: versão impressa veiculada nos EUA; e a versão digital

² Disponível em: <<https://www.bitchmedia.org/>> Acesso em 15 mar. 2023

³ “A feminist response to pop culture” (BITCH MEDIA, 2023) (tradução da autora)

disponível em seu site; podcasts intitulados Propaganda e Backtalk;, e Bitch on Campus. A revista também possui um programa de bolsas para escritoras denominado *Fellowships for Writers*, onde 4 escritoras são selecionadas todos os anos. No site ainda encontramos a seguinte definição:

Bitch busca ser uma voz nova e revitalizante no feminismo contemporâneo, que acolhe argumentos complexos e se recusa a ignorar as realidades contraditórias e muitas vezes desconfortáveis da vida em um mundo inequivocamente marcado por gênero. Temos um público diversificado, que mantém o diálogo e o movimento do qual fazemos parte de maneira dinâmicas e fortes. Também estamos em uma posição única para atrair jovens leitores que estão em um momento crítico de suas vidas - um momento em que estão descobrindo o feminismo e o ativismo, encontrando respostas para quem são e questionando as definições de gênero, sexualidade, poder e agência prescritas pela grande mídia. Bitch não apenas desempenha um papel na exploração desses tópicos, mas também fornece um kit de ferramentas para o engajamento em análises que promovem o ativismo e impulsionam a mudança social. A Bitch Media tem um amplo alcance, com uma comunidade com cerca de 6 milhões de leitores ao longo do globo.⁴ (BITCH MEDIA, 2023)

Este se configura em um exemplo de mídia engajada que possibilita a construção crítica de discursos e consequente poder de diálogo para a problemática das redes sociais digitais, pois encontrar texto e conteúdo como este permite que sujeitos repensem as violências reproduzidas de maneira inconsciente. A superação da violência de gênero se dará pelo acesso crítico e politizado da informação.

A revista AzMina produzida no Brasil também segue os passos da Bitch Media. A revista digital surge em 2015, como forma de crítica a mídia tradicional, que tratava as temáticas da violência contra a mulher. Conforme fundadora no site oficial⁵:

[...] mídia brasileira chamava feminicídio de “crime passionai”, “feminismo” era um palavrão e as mulheres negras, indígenas, trans e lésbicas eram invisíveis para a grande mídia. Não nos sentíamos representadas pelas definições estreitas de feminilidade e gênero em voga na mídia e na sociedade. Entendemos que esse posicionamento da mídia em relação às mulheres não apenas reflete, mas também reforça, a violência contra a mulher, além de manter ideias sexistas e estereótipos nocivos (AZMINA, 2023, p???)

⁴ *Bitch seeks to be a fresh, revitalizing voice in contemporary feminism, one that welcomes complex arguments and refuses to ignore the contradictory and often uncomfortable realities of life in an unequivocally gendered world. We have a diverse audience, which keeps the dialogue and the movement we're a part of dynamic and strong. We are also uniquely situated to draw in young readers who are at a critical moment in their lives—a moment when they are discovering feminism and activism, finding answers to who they are, and questioning the definitions of gender, sexuality, power and agency prescribed by the mainstream media. Bitch not only plays a role in exploring these topics, it also provides a toolkit for engaging in analysis that promotes activism and impels social change. Bitch Media has a broad reach, with a community that has grown to over 6 million readers around the globe.* Disponível em: < <https://www.bitchmedia.org/> > acesso em 15 mar. 2023 (tradução da autora)

⁵ AZMINA. Disponível em: < <https://azmina.com.br/revista-azmina/> > Acesso em 15 mar. 2023

Figura 4 - Revista Azmina



Fonte: Revista Azmina. Disponível em: < <https://azmina.com.br/revista-azmina/> > acesso em 15 mar.2023.

A revista digital ganhou visibilidade e influência política expandindo suas atividades para o Instituto AzMina, uma organização sem fins lucrativos que tem como missão promover a igualdade de gênero. A Revista também conta com outros projetos como “Elas No Congresso”, “Monitora e Mapa das Delegacias da Mulher”. Além disso o Instituto gerencia um aplicativo de enfrentamento à violência doméstica, o “Penhas”, e campanhas para combater a desigualdade e a violência de gênero, palestras e consultorias. (AZMINA, 2023). Ou seja, o instituto configura-se em um instrumento midiático que possui atuação ativa e essencial no combate as violências, inclusive no combate à violência de gênero.

Na última década, surgiram, ainda, mais projetos jornalísticos vinculados ao feminismo, especialmente pelos movimentos feministas e os movimentos nas redes sociais. Essas alternativas aos padrões tradicionais da comunicação podem ser um caminho para a construção de uma participação democrática e de justiça social também no meio digital. Porém, aqui destacam-se as ressalvas, apesar da importância das revistas feministas sabe-se que é necessária uma mudança nos padrões como as notícias são transmitidas, como a mulher é retratada e uma problematização de um jornalismo por vezes violento ou isento em sua comunicação.

Com os avanços da internet essas tornam-se a fonte essencial de publicação da mídia tradicional como por exemplo o Jornal O globo, do qual foram retirados os comentários das postagens analisadas. Se a mídia tradicional se insere no meio digital é preciso agir com responsabilidade, buscando alternativas para dirimir as violências que suas postagens podem gerar.

Assim o jornalismo para a Paz (*Peace Journalism*) mostra-se como uma alternativa que na perspectiva feminista com a característica da pluralidade de vozes serem contextualizadas na notícia, com atenção a interseccionalidade, com o viés de transformação da violência cultural e uma efetiva construção de paz (CABRAL; SALHANI, 2017). Johan Galtung (2006), nome central dos Estudos para a Paz (Peace Research), ainda na década de

50, trouxe como proposta a conceitualização da paz e da violência em termos críticos, visando uma sociedade que realmente se compromete com os discursos e problemas sociais existentes.

Formula-se estudos do jornalismo com a Paz exatamente por este estar permeado pela violência. Mídia e cultura de violência possuem uma relação tão intimamente relacionada que por vezes o jornalismo assume função de propagandista de guerra, conforme Lych (2014, *apud* Cabral e Sahani 2017, p.4) “atribuindo diversos critérios de noticiabilidade a qualquer acontecimento de teor bélico e relacionado a conflitos”

O jornalismo em suas coberturas possui especial interesse em coberturas jornalísticas sobre crimes em um formato extremamente sensacionalista. Criminosos tornam-se verdadeiras celebridades pelo tratamento que a mídia direciona aos mesmos. Jornalismo para a paz se mostra uma contraposição a este tipo de jornalismo, elencado acima, é uma conceitualização que emerge das reivindicações sociais, práticas e rotinas profissionais comprometidos com a comunicação ética das notícias, substituindo os parâmetros atuais da comunicação (SALINAS, 2014). Busca-se no jornalismo para a paz o equilíbrio entre a igualdade e o rigor do jornalismo formal, não produzindo reportagens somente sobre os estudos para a Paz, mas inserindo esses conceitos ao transmitir as notícias ao grande público.

O termo e o conceito do *Peace Journalism* foi cunhado por Galtung (2014, *apud* CABRAL; SALHANI, 2017) durante os anos 1970, mas seu estudo ganha influência, ampliando-se entre profissionais da mídia e estudos universitários de comunicação, na década de 1990. Esse surgimento em oposição ao jornalismo de guerra gera escolhas consciente dos editores e repórteres de como reportar, por quê, visando incutir na população uma busca em dirimir o conflito de maneira não-violenta (CABRAL; SALHANI, 2017).

Conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Comparação jornalismo de guerra e jornalismo para a paz

Jornalismo para a paz	Jornalismo de guerra
I. Orientado para a paz/conflito - Explora a formação de conflitos; há partes, objetivos e problemas múltiplos - Todas as partes ganham - Espaço e tempo abertos: causas e consequências em qualquer lugar, inclusive na história e na cultura - Apresenta os conflitos com transparência - Dá voz a todas as partes, com empatia e entendimento - Vê conflito e guerra como problemas e foca na criatividade - Humaniza todas as partes, especialmente quando há armamentos - É proativo: busca a prevenção antes que a violência e guerra ocorram - Foca nos efeitos invisíveis da violência: traumas, danos à estrutura e à cultura	I. Orientado para a guerra/violência - Foca na arena de conflito; há duas partes e um objetivo (vencer) - Uma parte ganha, a outra perde - Espaço e tempo fechados: causas e consequências se restringem à arena, focando em quem atirou a primeira pedra - Apresenta a guerra de forma obscura/secreta - "Nós contra eles"; voz somente para "nós" - Vê "eles" como o problema e foca em quem prevalece na guerra - Desumaniza "eles", especialmente quando há armamentos - É reativo: espera atos violentos para reportar - Foca nos efeitos visíveis da violência: número de mortos, feridos e danos materiais
II. Orientado para a verdade - Expõe as inverdades de todas as partes	II. Orientado para a propaganda - Expõe inverdades sobre "eles" e ajuda a encobrir as "nossas" mentiras
III. Orientado para as pessoas - Foca no sofrimento de todos e dá voz a mulheres, crianças, idosos	III. Orientado para as elites - Foca no "nosso" sofrimento; tem homens da elite como porta-vozes
IV. Orientado para soluções - Paz = não-violência + criatividade - Destaca iniciativas voltadas para a paz, a fim de, também, prevenir outras guerras - Foca na estrutura, na cultura e em uma sociedade pacífica - Resultado: resolução, reconstrução, reconciliação	IV. Orientado para a vitória - Paz = vitória + cessar-fogo - Oculta as iniciativas de paz até que a vitória já tenha sido conquistada - Foca em tratados, instituições e em uma sociedade controlada - Parte para outras guerras e retorna à mesma caso hajam questões pendentes

Fonte: CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. E-compós, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017. Disponível em: < <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/1371> > Acesso em 10 mar. 2023. p. 10.

A concepção tradicional do jornalismo, conforme tabela, fomenta formas violentas de resolução de conflitos, em uma valorização da violência, em claro menosprezo as alternativas de não-violência. Em contrapartida, o jornalismo para a paz traz a visão socialmente responsável, capaz de contribuir no processo de *peacemaking* e *peacekeeping* (CABRAL; SALHANI, 2017)

O jornalismo para a paz é um processo árduo e lento, mas se confirma em alternativas aos modelos violentos que moldam comportamentos dos indivíduos na sociedade. O fato do jornalismo trabalhar na busca para contextualizar e trazer formas de resolução dos conflitos mostra sobretudo que é possível construir uma comunicação democrática e ética, dentro e fora da internet.

A pesquisa construída até o momento alternativas possíveis e viáveis para a comunicação que tem o condão de influenciar os discursos de violência de gênero e violência política de gênero. A proposta se faz aliada a educação emancipadora e crítica, mudança de pensamento e formas de lidar com a comunicação e sobretudo a sensatez ao noticiar fatos,

pois os comportamentos e discursos são socialmente influenciados e mantidos graças a essas estruturas sociais de violência e dominação ainda pouco questionados para a grande população.

CAPÍTULO 3 - OUVINDO AS INÚMERAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: A ANÁLISE NAS REDES SOCIAIS

3.1 ESTUDO DE CASO E ANÁLISE DO DISCURSO MEDIADA PELO COMPUTADOR: DESCRIÇÕES METODOLÓGICAS

O método de pesquisa que fundamenta esta pesquisa é o Estudo de Caso, considerando, conforme Yin (2009), um método que utiliza geralmente dados qualitativos coletados em eventos reais que visam explicar, explorar ou descrever determinados fenômenos a partir de seus próprios contextos. Se fundamenta no estudo detalhado e exaustivo de 1 ou vários casos, construindo um conhecimento aprofundado sobre o tema.

Algumas críticas se estabelecem sobre o método do Estudo de caso, quais sejam as generalizações que os objetos podem fornecer a partir de uma visão muito limitada a um contexto específico. Flybjerb (2006) defende que a displicência com o rigor científico também é uma crítica a este método, já que na análise de casos específicos o pesquisador acaba sujeitando-se a vilões tendenciosas ou possivelmente equivocadas por meio das conclusões que o estudo apresenta.

Apesar das ressalvas ao método do Estudo de Caso, este se fundamenta como uma forma importante de obter e produzir o conhecimento em especial no mundo das ciências sociais. De acordo com Yin (2009) o método se presta ao importante papel de investigar novos conceitos e como os elementos se dispõem dentro da realidade. Ellram (1996) também defende que o Estudo de Caso se mostra um instrumento efetivo para analisar situações anteriores, como estas se desenvolvem em casos similares e quais serão as previsões possíveis a partir da análise,

Yin (2009) traz que é necessário uma coleta e análise das informações que se extrai para então assegurar ou refutar as proposições de pesquisa. Yin (2009) defende que os Estudos de Caso se pautam, de maneira geral, em direcionamento intencional para obtenção dos resultados. Por isso torna-se importante a seleção e os critérios na escolha dos casos que serão analisados.

É importante ressaltar que de acordo com Ellram (1996) cada Estudo de Caso será um experimento, que se insere em um contexto único. Porém os estudos múltiplos permitem uma consolidação e expansão do conhecimento maior, pois os estudos individuais constroem informações específicas; já as análises entre casos permitem identificar padrões e consequentemente fornecem material para formulação de proposições e teorias. É o que se

propõe nesta pesquisa, por meio da análise e confrontação dos casos, em auxílio com a análise do discurso mediada pelo computador, é possível compreender os padrões de comportamento que são reiterados nas redes.

As redes sociais digitais provocaram grandes transformações no cotidiano das pessoas, modificando as formas de relacionamento, de valores, de significado e até mesmo sentido. Conforme Boyd (2010) afirma que as redes sociais digitais constroem um novo público, que ela denomina de público em rede. Existem características que vão prevalecer nesses grupos tais como: a) persistência, as publicações resistem ao tempo e permanecem na rede; b) replicabilidade, as postagens são facilmente compartilhadas; c) escalabilidade, uma postagem pode escalar e ganhar novas visualizações; d) “buscabilidade”, são passíveis de pesquisa sendo facilmente encontradas. Essas características marcam a dinâmica do acesso à informação na atualidade. Ao publicar uma notícia torna-se permanente, replicável, buscável e tem sua visibilidade escalada.

As redes sociais como Facebook e Twitter flexibilizam práticas sociais, e possibilitam conexões irrestritas, além de que o conteúdo postado atinge audiências invisíveis, ou seja, sempre tem o potencial de atingir além dos amigos ou seguidores. Por isso, essas ferramentas tem o potencial de influenciar também a construção e socialização dos discursos em diferentes grupos sociais.

Herring (2001) na busca por compreender essa nova forma de discurso formula a teoria do discurso mediado pelo computador. A prática se configura na comunicação e interação de seres humanos por meio de mensagem na rede mundial de computadores. Para a autora os discursos propagados em meio virtual impactam nos sujeitos que se apropriam de características linguísticas, sentidos e ferramentas para difusão de informação.

Compreender o discurso online permite a compreensão da linguagem em uso, do sentido e ambientes criados por esse público em rede, bem como identificar práticas e comportamento influenciados que ganham força na reprodução das formas online.

A análise de discurso mediada por computador (ADMC) está presente desde 1990, mas a terminologia é utilizada a partir/em/somente em 1995. A metodologia para analisar os discursos são adaptados das linguagens, linguística, comunicação e retórica e pode envolver análise quantitativas ou qualitativas. (HERRING, 2002)

Conforme Recuero (2013, p.243)

A ADCMC baseia-se na análise de blocos de interação verbal (caracteres, palavras, frases, mensagens, discussões, arquivos, etc.) na forma de texto. O alvo da metodologia é análise de conteúdo com foco na linguagem, podendo ser exclusivamente qualitativa, de maneira que a observação e argumentação ocorrem

no fenômeno discursivo da amostra textual, ou pode ser também quantitativa quando codificamos e quantificamos o fenômeno analisando-o estatisticamente, pode ainda ser uma proposta combinada de abordagem, ou seja, tanto qualitativa quanto quantitativa. Não importando o tipo de abordagem utilizada, vale ressaltar que as interpretações fundamentam-se em observações sobre a linguagem e seu uso. São pressupostos da ADMC: (1) todo discurso apresenta padrões recorrentes; (2) todo discurso apresenta escolhas do emissor e (3) todos os discursos são influenciados e formatados de acordo com os recursos e restrições tecnológicas dos sistemas de comunicação que os medeiam.

Classificar os discursos mediados pelo computador se configura em ação complexa visto que envolve a alternância de vozes, como o “uso de linguagem coloquial, de interjeições, abreviações e *emoticons*, todos usados na tentativa de se aproximar da agilidade da linguagem oral – e do discurso escrito – a produção por meio dos textos digitados na tela, que podem ser lidos diretamente desta e podem ser impressos posteriormente” (ADADE *et al*, 2018 p.95)

Herring (2002) visando compreender essa problemática, considera que o discurso sofre dois tipos de influência, a influência do meio tecnológico e do social. Não havendo uma influência maior ou menor, ou hierarquia entre o meio tecnológico e social porque os dois fazem parte da mesma realidade e vivência.

Assim a CMDA tem como objetivo um foco híbrido, em diversas disciplinas que abrangem a comunicação online. Porém, ressalta-se que apesar de trabalhar com discurso a CMDA não faz parte das formas tradicionais de análise do discurso como AD (Análise do Discurso de fundo francês) ou a ACD (a chamada Análise Crítica do Discurso). Embora Herring (2002) tenha utilizado elementos da ADC a abordagem é diferente, sendo mais ampla e flexível que as demais abordagens, até mesmo em virtude do seu local de publicação.

A CMDA se fundamenta em 4 níveis de análise: a estrutura, o sentido, a organização da interação e o fenômeno social. Cada nível vai integrar uma série de fenômenos e possuem interdependência na análise, ficando a cargo do pesquisador construir e demonstrar essas interações. A interpretação estará no todo da metodologia, porém as inferências dentro de cada nível são essenciais na compreensão do fenômeno.

Ao partir da premissa que redes sociais digitais possibilitam novos ambientes para os discursos, aplicativos como Facebook e Twitter que são multimodais, possuem o chamado público em rede, elencado por Boyd (2010), que vai se encarregar de construir a linguagem, a interação, a produção e reprodução de premissas e problemas sociais. Essa premissa nos moldes propostos para essa pesquisa visa analisar e configurar as violências de gênero presentes no meio virtual.

Seguindo a teoria proposta por Herring (2002) a pesquisa baseia-se em seus moldes,

conforme planilha a seguir:

Quadro 3 - Análise do discurso mediada pelo computador (ADMC)

Nível	Questões	Fenômeno	Método
Estrutura	Oralidade, formalidade, eficiência, expressividade, complexidade, características de gênero e etc.	Tipografia, ortografia, morfologia, sintaxe, esquema do discurso, convenções de formatação e etc.	Linguística estrutural e descritiva, Análise textual, Corpus linguístico, estilística etc.
Sentido	Qual é a intenção O que é comunicado O que é realizado	Sentido de palavras, atos de fala, locuções, trocas e etc.	Semântica e pragmática.
Interação	Interatividade, tempo, coerência, reparação, interação como construção e etc.	Turnos, sequenciamentos, trocas e etc.	Análise da Conversação e etnometodologia.
Comportamento Social	Dinâmica social, poder, influência, identidade, comunidade, diferenças culturais e etc.	Expressões linguísticas de status, negociação de conflito, gerenciamento da face, jogos, discurso e etc.	Sociolinguística interacional, Análise Crítica do Discurso, Etnografia da comunicação.
Comunicação Multimodal	Efeitos do modo, coerência do cruzamento de modos, gerenciamento de endereçamento e referência, espalhamento de unidades de sentido gráficas, coatividade de mídia e etc.	Escolha do modo, texto-na imagem, citações em imagens, animação, deixis e posição espacial e temporal, etc.	Semiótica social, análise de conteúdo visual e etc.

Fonte: HERRING, Susan C. “Computer-mediated discourse analysis: An approach to researching online behavior”. In: BARAD, Sasha; KLING, Rob; GRAY, James J (eds.). *Designing for Virtual Communities in the Service of Learning*. New York: Cambridge University Press, pp. 338-376. Disponível em: <<http://ella.slis.indiana.edu/~herring/cmda.pdf>> Acesso em 17 fev. 2023 (Adaptado)

Na busca por compreender os elementos necessários a essa pesquisa e a seu problema central utiliza-se as redes sociais Facebook, devido a sua popularidade e facilidade de acesso, bem como o Twitter, por ser semelhante a primeira plataforma. Ambas são redes sociais que possuem a interação e os comentários como força motriz, apesar de que recentemente as diretrizes de ambas se alteraram com a venda do Twitter ao empresário Elon Musk em 2022. Considerando que a análise versa sobre notícias anteriores a venda da rede social, as duas essencialmente possuíam diretrizes semelhantes, inclusive no que versa a restrição e remoção de discursos de ódios explícitos de suas publicações.

A abordagem quantitativa versa sobre a candidatura de mulheres nas eleições para presidência que ocorreram em 2022, com foco nas duas candidatas de maior visibilidade nessas eleições, qual seja Simone Tebet e Soraya Thornike. Ressalta-se que a amostra, embora limitada, é adequada para as considerações de profundidade da análise, embora suas observações não sejam generalizáveis pela sua arbitrariedade.

A seleção das postagens foi simplificada utilizando o filtro de “relevância” de cada plataforma, ressaltando a característica da “buscabilidade” apresentada por Boyd (2010).

Busca-se ter a dimensão do conteúdo que os usuários puderam acessar na época das eleições realizando a procura textual em ambas as plataformas da mesma forma, por meio de: “nome da candidata à presidente” seguido do termo “eleições 2022” (ex: Simone Tebet Eleições 2022). Além disso, até a busca simplificada demonstra que não é preciso selecionar postagens específicas, dentro de qualquer procura nas notícias que versam sobre mulheres e política, é possível encontrar discursos de violência política de gênero e violência de gênero.

Realizada a busca textual foram selecionadas as notícias que versavam sobre os assuntos: candidatura e/ou entrevista e/ou posicionamento político e/ou votação. A busca foi restringida ao ano de 2022 e selecionados os comentários que versam sobre algum tipo de violência direcionado a mulher e sua candidatura/participação na política. Amplia-se os buscadores afim de compreender o que qualquer pessoa comum teria acesso, tendo como análise comentários realizados por usuários dessas redes em postagens feitas por perfis de site de notícias e por jornalistas.

Destaca-se aqui que a abordagem e metodologia tem a função de exemplificar, possibilitando um recorte da realidade estabelecida na contemporaneidade, buscando compreender os discursos de violência de gênero direcionados às mulheres que ocupam ou buscam ocupar seu papel no poder e na política.

3.2 QUADRO E TABELAS REFERENTES AOS DISCURSOS

3.2.1 Caso Simone Tebet

Simone Tebet foi uma das candidatas à presidência da República no ano de 2022 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Figura emblemática dessas eleições, dividiu opiniões, conquistou eleitorado com sua postura firme e austera na defesa de suas proposições de governo. Em uma eleição acirrada no segundo turno, seu apoio foi significativo para a eleição do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Esse posicionamento gerou insatisfação por parte do eleitorado, mas em contrapartida firma e consolida sua trajetória percorrida ao longo das eleições, conquistando sua influência e consolidando seu posicionamento e relevância no cenário político nacional. Além disso, recebeu convite do atual governo para presidir a pasta de *Planejamento* e Orçamento, se tornando ministra dessa agenda em 2023.

Em seu site oficial apresenta a biografia resumida:

Mãe, advogada, professora e senadora da República, Simone Tebet tem 52 anos e nasceu em Três Lagoas, Mato Grosso do Sul. Sempre a frente do seu tempo, foi aprovada aos 16 anos na Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, uma das mais conceituadas do país. Em 2002, aos 31 anos, elegeu-se Deputada Estadual pelo seu estado e em 2004 foi a primeira mulher eleita prefeita de Três Lagoas. Em 2008, finalizou a votação reeleita prefeita, com 76% dos votos válidos. No Senado Federal, liderou a primeira bancada feminina da história e tornou-se presidente da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Foi também a primeira mulher a presidir a Comissão de Constituição e Justiça, e a primeira mulher a disputar a presidência do Senado em 198 anos. Em 2022 foi candidata pelo MDB à presidência do Brasil e recebeu 4.915.423 de votos, a terceira mais votada.⁶

Em pesquisa junto a artigos que acompanharam a carreira da candidata tem-se que sua construção política já possui conexão com sua família, herdando um capital político significativo de seu pai que foi político, o ex-senador e ex-presidente do Congresso Nacional Ramez Tebet, que faleceu em 2006.

Tebet foi a autora da Resolução do Senado nº 7, de 2016 que dá origem ao Observatório da Mulher Contra a Violência (SENADO FEDERAL, 2016). Com importância significativa, o observatório possibilita a elaboração de pesquisas, relatórios possibilitando a reunião e confecção de dados relativos as violências sofridas, constitui-se em importante instrumento para pensar políticas públicas voltadas às mulheres e resolução de problemas sociais. (CARTILHA- OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA, 2016).

Conforme demonstrado no Quadro 3 parte-se para análise do primeiro nível do discurso mediada pelo Computador (ADMC), qual seja estrutura.

A Estrutura - para compreender a estrutura dos discursos, realiza-se a descrição das postagens selecionadas, como postagens virtuais se mostram um meio multimodal é necessário entender os elementos que compõem essas publicações em redes sociais digitais. Basicamente, as plataformas se utilizam de imagem ou vídeo, corpo textual reduzido, por vezes com direcionamento com link à notícia completa, além das interações possíveis dos usuários com a notícia, tais como curtidas, reações, compartilhamentos e comentários.

Nessa amostragem voltada a figura de Simone Tebet foram analisadas 3 postagens, duas delas na rede social Twitter, sendo a postagem 1 feita pela Globo News em seu perfil oficial e a segunda a postagem da Jornalista Vera Magalhães compartilhando a notícia do perfil oficial do site de notícias “O Globo”. Ambas tiveram um alcance menor em termos de número de interações, curtidas e comentários, mas ainda assim demonstram-se importantes na confecção e entendimento dos discursos de violência que permearam a campanha eleitoral da candidata do MDB.

Por fim, uma postagem da rede social “Facebook”, essa publicação possui um alcance

⁶ SIMONE TEBET. Disponível em: <<https://simonetebet.com.br/>> Acesso em 05 mar. 2023

maior que permite uma amostragem superior, apesar de comentários com igual teor e discurso como é possível acompanhar a seguir. A postagem foi feita pelo perfil oficial do site de notícias “O Globo”.

Quadro 4 - Caso Simone Tebet

Nome	Imagem	Texto	Comentários	Curtidas	Meio digital
Postagem 1		Simone Tebet, candidata à Presidência pelo MDB, vota em Campo Grande (MS). #ConexãoGloboNews especial Eleições 2022 Assista na #GloboNews: http://glo.bo/39WjXAU	16	194	TWITTER
Postagem 2		Estarei hoje e amanhã no time de jornalistas que vai sabatar Simone Tebet e Ciro Gomes. Ao vivo, a partir das 10h30 ===>>> O GLOBO, Valor e CBN entrevistam Simone Tebet, candidata do MDB à Presidência Eleições 2022 O Globo	94	256	TWITTER
Postagem 3		ELEIÇÕES 2022 Apesar das resistências internas, o MDB oficializou a senadora Simone Tebet (MT) como candidata à presidência O Globo	1, 2 mil	707	FACEBOOK

Fonte: De autoria própria.

Como se observa, ambas são semelhantes inclusive com notícias do “O globo”, mesmo em redes sociais digitais diferentes a sua estrutura se mantém. Há a chamada da notícia com assuntos inerentes a campanha presidencial; todos os candidatos e candidatas tiveram publicações em mesmo sentido. A imagem é sempre da então candidata Simone Tebet e o texto embaixo ou acima da imagem. A postagem 1 apresenta um vídeo da chegada de Tebet para a votação no primeiro turno presidencial. A postagem 2 difere ao trazer o texto da jornalista Vera Magalhães divulgando a entrevista que será realizada.

Complementar ao sentido, também é possível verificar que a postagem vem acompanhada de curtidas, compartilhamento/retweets (a depender da rede social) e no caso do Facebook a rede tem a peculiaridade de permitir reações, que na Postagem 3 majoritariamente “curtir” e “Haha” respectivamente representados pelo emoticons e , que na interface do Facebook tem a imagem diferente do que o formato de texto suporta. Essas interações, curtidas, comentários e compartilhamentos também fazem parte da compreensão e do discurso presente nas redes, pois por meio deles que os usuários demonstram suas reações a notícia e sua opinião.

O segundo nível de análise é o sentido que é construído pela mensagem e pela estrutura.

Sentido - As postagens aqui elencadas possuem o sentido de informação, trazer notícias sobre a votação, sobre entrevista e sobre a confirmação da candidatura de Tebet à presidência pelo MDB, conforme figura:

Figura 5 - Postagem 3 (Simone Tebet)



Fonte: O GLOBO. Facebook. Disponível em:

<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid034GmJjVkiR3aLA1hU6GdaeH85oKV7irDBiuJ3kFQ3qLpKSUPMb5D95qCzoWnFfgAcl&id=100064604954956&mibextid=Nif5oz> acesso em 07 fev. 2023

As interações da postagem 3, tem-se que das 1.200 reações, houve a prevalência de curtidas com o número de 726 e de 489 reações “haha”, mostrando de forma tácita o discurso que os usuários assumiram diante da notícia e o sentido dos discursos que é possível nos comentários. Além disso, é importante destacar aqui os compartilhamentos ou retweets, Boyd (2010) entende que quando um usuário de uma rede social reproduz determinada notícia ele assume também a função de enunciador, sendo essa notícia também dele e da audiência invisível que o acompanha. Por isso apesar dos números diminutos dessas postagens precisamos entender que cada publicação dessa, diante das postagens, vai ganhar outros públicos e a partir desses novos enunciadores vai propagar o discurso.

Por isso a ADMC é complexa, pois mesmo dentro de uma análise específica não é possível acompanhar todas as audiências que terão acesso a notícia e nem quais discursos as mesmas irão reproduzir. O que se busca é trazer um demonstrativo dos discursos que acompanharam a notícia, sempre fazendo a ressalva que o usuário que replica a notícia em seu *feed* ou *timeline* pode sentir-se mais confortável em emitir sua opinião visto que se encontra entre seus pares (amigos e/ou seguidores).

A postagem 1 possui 9 retweets, a postagem 2 possui 11 retweets e pôr fim a postagem 3 possui 78 compartilhamentos, ou seja, as pessoas atingidas por essas postagens ultrapassam os números de comentários, interações e curtidas que os posts apresentam pois os usuários que realizam a replicação tornaram-se também enunciadore.

O terceiro item a ser analisado é de fato a interação e os comentários gerados frente as notícias.

Interação – se dará nas redes por meio das curtidas, reações e comentário. Esse suporte de mensagens presentes nessas plataformas digitais permitem a possibilidade de análise dos discursos existes. Aqui opta-se pela relevância dos comentários para entender quais conotações acompanham e qual a interação dessa audiência com a candidata à presidência Simone Tebet.

A postagem 1 nos mostra somente 4 comentários e onde 2 desses apontam para discursos de intolerância e invalidação da candidata, conforme figura:

Figura 6 - Comentários postagem 1 (Simone Tebet)



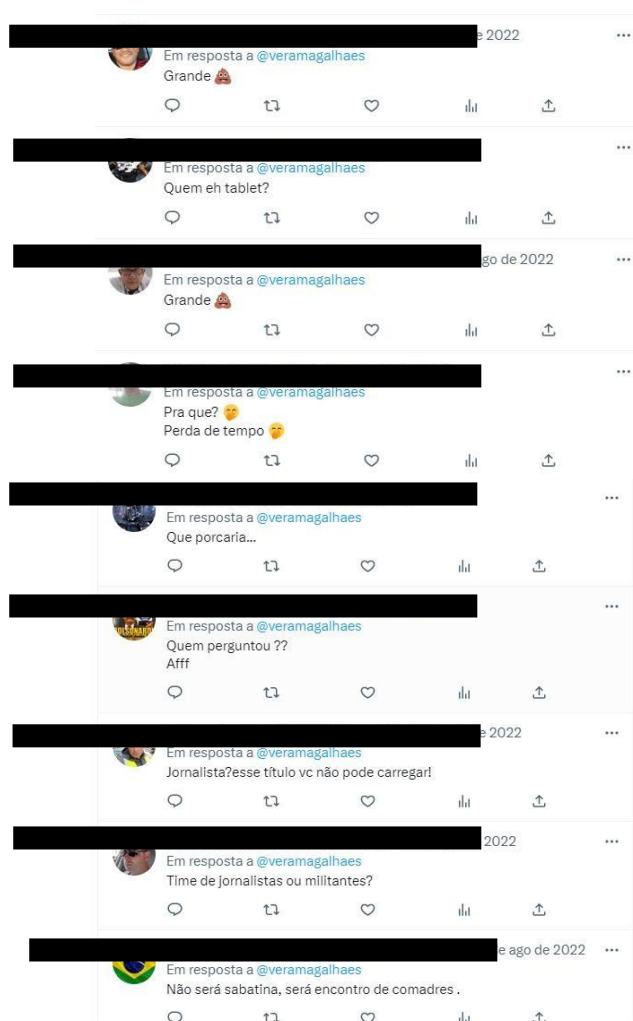
Fonte: De autoria própria.

Mesmo em uma quantidade diminuta de comentário é possível perceber o estigma a violência política de gênero que acompanharam Simone Tebet em sua campanha eleitoral. Conforme já relatado nesse caminho metodológico optou-se por ocultar a identidade dos usuários, mas o que se verifica é que os dois comentários são elaborados respectiva por um perfil que se identifica como feminino e outro como masculino, e ambos reforçam as estruturas de dominação que inferiorizam a condição de mulher no ambiente político. Na

imagem que acompanha o segundo comentário é possível ver que candidatos homens também foram retratados, mas não objeto de imagens sexualizadas. Ainda esse comentário carrega um discurso patriarcal da mulher como propriedade, devendo pertencer/ ser mulher de alguém.

A postagem 2 nos mostra apenas 1 comentário, pois houve a restrição por parte da usuária e Jornalista Vera Magalhães, mas essa configuração do Twitter impede novos comentários; mas os comentários já realizados ficam disponíveis para visualização, conforme figura:

Figura 7 - Comentários postagem 2 (Simone Tebet)



Fonte: Autoria própria.

Os comentários dessa postagem são emblemáticos e importante para analisar como discursos de violência se propagam no meio social e ressoam na internet. Os ataques aqui também são direcionados a jornalista Vera Magalhães, em parte autorizados e reproduzidos pelo então presidente da república e candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro (PL), que

durante os debates presidenciais direcionou a seguinte fala a jornalista quando questionado sobre sua atuação na pandemia e vacinação: “Vera não podia esperar outra coisa de você. Acho que você dorme pensando em mim. Deve ter alguma paixão por mim. Você não pode tomar partido em um debate. Uma vergonha para o jornalismo brasileiro”,⁷

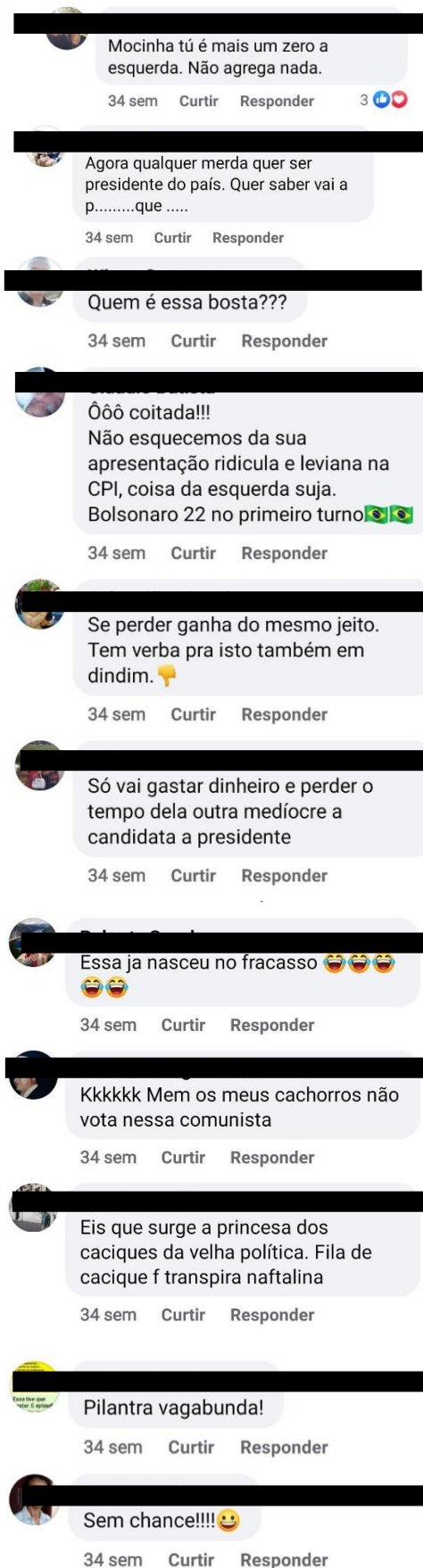
Essa fala causou uma “enxurrada” de ataques virtuais e presenciais a jornalista com *Fake News* que buscava afetar sua reputação assim como violência e discriminação profissional e de gênero.

Simone Tebet e Soraya Thornike (União-Brasil) saíram em defesa da jornalista e também receberam reiterados ataques das frentes bolsonarista que reproduziram as violências cometidas pelo candidato do PV, parte destes ataques percebe-se nos comentários desta postagem, ao tratar a entrevista da candidata como insignificante, desprezível e tendência. Os comentários com mesmo teor demonstram a avalanche de discursos de violência vem sendo produzidos e reproduzidos no meio virtual. O último comentário reitera novamente a discriminação e violência de gênero ao classificar a entrevista presidida por uma mulher e direcionada a candidata mulher se resumiria em um “encontro de comadres”, reiterando o discurso de violência política de gênero desclassificando e invalidando a mulher puramente pela condição de ser mulher.

Por fim a postagem 3 é marcada por comentários que tratam a candidatura de Simone Tebet como insignificante. Conforme figura:

⁷ EM. Vera Magalhães sobre ataques de Bolsonaro: 'Misógino'. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/30/interna_politica,1390034/vera-magalhaes-sobre-ataques-de-bolsonaro-misogino.shtml> Acesso em 05 mar. 2023

Figura 8 - Comentários postagem 3 (Simone Tebet)



-  Entrou pra brincar de casinha e sozinha
34 sem Curtir Responder
-  Essa turma vão levar uma ..q vão sair até zonzo..acham que a população estão desenformados..quem é quem...
34 sem Curtir Responder
-  RIDÍCULA ! CÍNICA !!! NÃO QUIZ QUE INVESTIGASSE A CORRUPÇÃO DOS GOVERNADORES NA CPI DO 🏛️
ESSA É O RENAN DE SAIA.
34 sem Curtir Responder
-  Muito Arrogante.
34 sem Curtir Responder
-  Essa mulher tem que se qualificar, parar de comer e estudar.. só isso!!!
34 sem Curtir Responder
-  Agora vai né Globo? É a candidata Globeleza...vai ganhar é bosta!!
34 sem Curtir Responder
-  Uma mulherzinha desta nunca vai ser presidente da República
34 sem Curtir Responder 1 🍷
-  Flop. Não tem chances.
34 sem Curtir Responder
-  Preparada pra perder
34 sem Curtir Responder 2 ❤️
-  1%
34 sem Curtir Responder 1 ❤️
-  Quem é?
34 sem Curtir Responder 1 ❤️
-  Coitada
34 sem Curtir Responder

Fonte: Autoria própria

Optou-se por trazer diversos comentários para demonstrar que o discurso de crítica e invalidação da candidatura de uma mulher ao cargo de presidente do país se repete, causando reiterados tipos de violência de gênero violência. É possível verificar nos comentários xingamentos misóginos como “vagabunda”, além de outras referências pejorativas como “mulherzinha”, “mocinha”, “brincar de casinha”, “candidata globeleza”, em clara demonstração e invalidação da mulher no meio política, reiterando estruturas de dominação que relegam a mulher a papéis domésticos ou inferiores.

Além disso é nítido a invalidação ao tratar da possibilidade de uma mulher na direção do país, expressões usadas como “qualquer merda”, “quem é essa bosta”, demonstra um contexto cultural que despreza mulheres e anula suas trajetórias, as taxando de incompetentes tão somente pela condição de ser mulher.

Outro ponto de relevância a ser analisado é multimodalidade, características específicas das postagens virtuais.

Multimodalidade: tanto Facebook como Twitter, instrumentos dessa análise, tem como usuário o chamado “público em rede” (BOYD, 2010), com as características reiterada por Boyd. Dessa forma a permanência e replicabilidade, faz com que indivíduos ampliam essas vozes do discurso, como já relatado o compartilhamento que é possível das postagens em páginas e perfis individuais permitem até mesmo uma sobreposição do discurso no post compartilhado, podendo trazer uma forma de crítica ou reiterando discursos de violência. O impacto desses discursos se amplifica ao considerarmos que o espaço virtual permite conexões permitindo que sujeito se acumulem e repitam o mesmo discurso como visto nos comentários das postagens 2 e 3, uma clara reprodução de padrões de violência política de gênero.

As imagens e vídeos também configuram a multimodalidade que permeia esses discursos que serão mais facilmente propagados, apenas visualizando a imagem ou vídeo e replicando sem maiores problematizações. Por fim o comportamento social marca o último ponto de análise e compreensão dessa análise.

Comportamento social – marca a aponta todas as características das redes sociais e os discursos que elas produzem reforçam padrões de comportamento e de replicação desses comportamentos.

Verifica-se que os discursos têm o condão de fomentar e manter estruturas de dominação, que reiteram os papéis sociais de gêneros e delegam a mulheres posições de subalternidade. Quando uma mulher rompe com os padrões e adentra ao âmbito político recebe uma onda de discursos de invalidação e violência.

Outro ponto a ser analisado é o comportamento do meio social real vai ser reproduzido no meio virtual e vice e versa. A presença maciça de ataques as mulheres protagonizado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro fomentava ataques diretos e virtuais a outras mulheres na política, assim como jornalistas e cientistas.

É interessante compreender que a dinâmica e flexibilidade com que se propagam as notícias e discursos nas redes sociais e as possibilidades de atingir essas audiências invisíveis tornam a dinâmica das redes uma problemática séria se o contexto sociocultural ainda mantém e sustenta essas estruturas de violência de gênero, pois esses discursos ganham espaço e constroem comportamentos.

3.2.2 Caso Soraya Thronicke

Soraya Viera Thronicke possui 49 anos, inicia na política nos movimentos de 2013, atuando em diversos movimentos contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT). Disputa sua primeira eleição em 2018, se lançando pelo partido União Brasil-MS, com discurso e apoio do então candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, conquista a segunda vaga para o senado pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

Se torna oposição ao governo Bolsonaro durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid. Em 2022 O União Brasil anuncia Soraya Thronicke como candidata à Presidência da República, após a desistência de Luciano Bivar, presidente do partido.

Figura emblemática e importante nos debates presidenciais, conquista popularidade e também sofre diversos ataques após suas falas diretas e incisivas aos candidatos Padre Kelmon (PTB) e Jair Messias Bolsonaro (PL). Após o debate realizado na rede de televisão Band no dia 28 de agosto de 2022, a candidata relatou estar sofrendo diversas ameaças pelas redes sociais, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco lhe oferece reforço de sua segurança.⁸

Assim contextualizado uma breve trajetória política da candidata se encaminha para a análise do discurso mediado pelo computador (ADMC). Considerando como primeiro ponto de análise a Estrutura.

A Estrutura – se realiza a descrição das postagens aqui selecionadas, que possuem a característica do meio multimodal por isso a importância das descrições dos elementos

⁸ O ANTAGONISTA. Rodrigo Pacheco oferece reforço policial para Soraya Thronicke. A parlamentar vem relatando nas redes sociais que tem recebido ameaças após ter feito críticas ao presidente Jair Bolsonaro no debate da Band. Disponível em: <<https://oantagonista.uol.com.br/brasil/rodrigo-pacheco-oferece-reforco-policial-para-soraya-thronicke/>> Acesso em 20 maio. 2023.

presentes nas postagens.

Nessa amostragem voltada a figura de Soraya Thronicke foram analisadas 3 postagens, duas delas na rede social Twitter, sendo a postagem 1 feita pelo “Correio brasiliense” em seu perfil oficial e a segunda a postagem feita por “Eixo Político” ambas páginas que trazem amplo acervo sobre política na referida rede social. Seguindo as características das postagens sobre Simone Tebet estas postagens também possuem número de interações menor do que ocorre no Facebook, isto em parte está relacionado as próprias características dessa plataforma digital. Por fim, uma postagem da rede social “Facebook”, essa publicação possui um alcance maior que permite uma maior captação de comentários e discursos. A postagem foi realizada pelo perfil oficial do site de “Band jornalismo”.

Ao realizar os mecanismo de pesquisa já elencados, quais sejam, a procura textual em ambas as plataformas, por meio de: “nome da candidata à presidente” seguido do termo “eleições 2022”, aplicando o filtro relevância presente em ambas as redes, verificou-se que a maioria das notícias versam sobre as falas da Senadora Thronicke nos debates ou a chegada da mesma aos locais que seriam realizados os debates, exatamente pela popularidade, humor e discussões que suas proposições geraram, havia grande expectativas sobre quais seriam as colocações que seriam feitas.

Quadro 5 - Caso Soraya Thronicke

Nome	Imagem	Texto	Comentários	Curtidas	Meio digital
Postagem 1		Soraya Thronicke (UB) também chegou ao debate do pool formado por SBT, CNN, Estadão, Veja, Terra e NovaBrasilFM e criticou a ausência de Lula(PT): “É um covardia”. Thronicke disse que Lula deu “uma desculpa esfarrapada/” para não comparecer ao debate.	15	152	TWITTER

Postagem 2		Soraya Thronicke também se posicionou sobre o ataque de Bolsonaro contra a jornalista Vera Magalhães. “Eu sou muito tranquila, mas fico extremamente chateada quando homens são tchutchucas com outros homens, mas vem pra cima da gente sendo tigrão. Não aceito”. #DebateNaBand	25	886	TWITTER
Postagem 3		A candidata Soraya Thronicke (União Brasil) respondeu à pergunta da jornalista Mônica Bergamo sobre religião. Felipe D'Ávila comentou. #Eleições	173	188	FACEBOOK

Fonte: autoria própria.

Se verifica que as postagens possuem a mesma estrutura. As imagens são da então candidata Soraya Thronicke e o texto embaixo ou acima da imagem. A postagem 3 apresenta um vídeo do debate com a resposta da candidata anunciada na chamada da notícia.

Essas postagens também veem acompanhadas de curtidas, compartilhamento/retweets (a depender da rede social) e no caso do Facebook as reações que também conduzem a análise do discurso presente.

A segunda forma de análise é o sentido.

- I) Sentido - As postagens aqui elencadas possuem o sentido de informação, trazer notícias sobre os debates, sobre a fala da senadora e as provações entre os candidatos

como no caso da postagem 1.

Conforme figura:

Figura 9 - Postagem 3 (Soraya Thronicke)



Fonte: BAND JORNALISMO. Facebook. Disponível em: <https://fb.watch/lwh3_DyOK-/?mibextid=Nif5oz>

Acesso em 15 maio 2023

Das interações da postagem 3, tem-se que das 188 reações, 28 são reações “haha”, 4 “amei” e 2 “raiva”. Como dito anteriormente as reações também conduzem o entendimento sobre o discurso implícito.

Válido ressaltar que conforme Boyd (2010) esse discurso se amplia, por meio dos compartilhamentos, onde o usuário que compartilha também se torna enunciador, e atinge outras audiências, assim os números apresentados na publicação são estes, mas podem ter atingindo um número muito maior visto que há 32 compartilhamentos registrados na postagem.

A postagem 1 possui 3 retweets, a postagem 2 apesar de conter apenas 25 comentários, teve 90 retweets, ou seja há outros desdobramentos dessa notícia em perfis de usuários os quais não fica disponível o acesso

II) Interação – (se dará nas redes por meio das curtidas, reações e comentários.)

De mesma forma opta-se por elencar os comentários existentes nas postagens para compreender o discurso que tem permeado as publicações referentes a senadora Thronicke. A postagem 1 nos mostra somente 4 comentários e onde 2 desses apontam para discursos de intolerância e invalidação da candidata, conforme figura:

Figura 10 - Comentários postagem 1 (Soraya Thronicke)



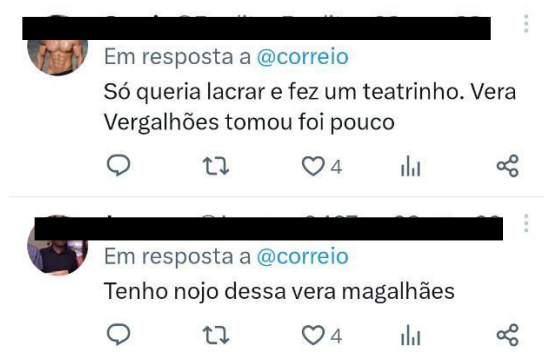


Mesmo em uma postagem com poucos comentários é possível verificar que as falas menosprezam a relevância da senadora no debate, criticam características físicas como “lá vem a treme” e “Chegou a braba” com a figura de um personagem piscando. Também na postagem encontra-se um comentário com a nomenclatura “*Milf*”, um acrônimo em inglês que significa “*Mother I’d Like to Fuck*” (em português, “Mãe que eu gostaria de foder”). O discurso reforça a sexualização e objetificação da mulher.

Para Krook e Sanín *apud* (PINHO, 2019) o comportamento se converte em violência quando se torna em desrespeito fundamental à dignidade humana, como produzir e distribuir imagens altamente sexualizadas e pejorativas, usar as mídias sociais para incitar atos violentos, ou não reconhecer ou negar explicitamente a existência de uma mulher nos espaços políticos pelo simples fato de ser mulher. Nos discursos em questão encontra-se a reprodução de uma violência existente no meio social e que se expande diante da sensação de anonimato das redes.

A postagem 2 segue em mesmo sentido e se configura conforme:

Figura 11 - Comentários postagem 2 (Soraya Thronicke)



-  Em resposta a @correio
Mi-mi-mi aproveitou um palco pra tentar brilhar que coisa feia!!!! Esqueceu que nas eleições passadas era da campanha dele!!!
-  Em resposta a @correio
Sen noção
-  Em resposta a @correio
Vera Magalhães não vale nada mesmo.
-  Em resposta a @correio
Quem é essa?
-  Em resposta a @correio
Ataque kkkkk não se pode falar nada
-  Em resposta a @correio
Jornalistas pilantras fazendo perguntas para esses candidatos de merda pra atacar o Bolsonaro, acha que somos trouxas
-  Em resposta a @correio
Vitimização não funciona
-  Em resposta a @correio
Falou a lacradora 🐸

Em resposta a @correio

Essa aí é outra engasga toda pra falar.
Qual é seu projeto de governo? Nesta hora todos tem a receita do bolo pronta
Sabe das necessidades do povo , quando chega lá esquece todas as promessas.Vcs saibam de uma coisa ,para comandar um país não depende somente de um presidente.

Em resposta a @correio

"Quem fala o que quer, ouve o que não quer"! Tanto faz que seja homem ou mulher! 🤔

Em resposta a @correio

VM nunca respeitou o presidente e sempre o atacou e usa o seu trabalho para prejudicar o país
Pois se verdade fosse um meteoro e caísse no quintal da VM mesmo assim ela não aceitaria

Em resposta a @correio

Ataque contra a Verinha fake news, essa cobra ataca o presidente toda a hora com mentiras e mentiras

Em resposta a @correio

Ele não foi tchutchuca com ninguém. Ele é sincero e está num covil. Ele nem devia estar lá. É mais agredido que o ladrão. Só repórteres esquerdistas. Fica difícil!

Em resposta a @correio

Perdida essa aí coitada kkkkk

Em resposta a @correio

😂😂😂😂😂😂😂😂

Em resposta a @correio

Vai safada

Assim como na análise feita sobre Simone Tebet, se encontra elementos importantes

para compreender os ataques virtuais. Como já relatado a jornalista Vera Magalhães sofreu reiterados ataques em grande parte autorizado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, e por isso nas postagens que a jornalista aparece a violência também é direcionada a ela.

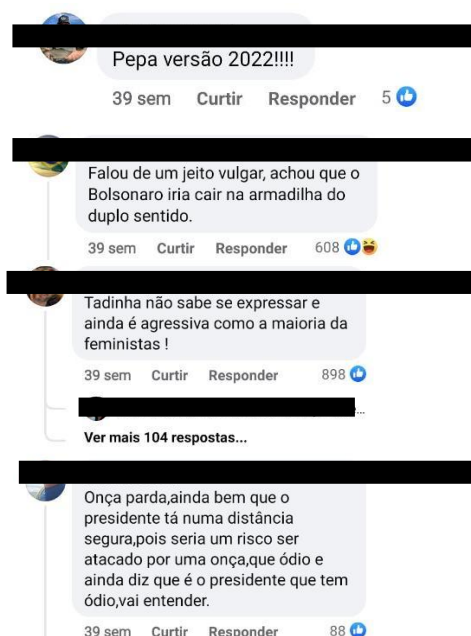
O contexto dessa notícia refere-se a defesa que a senadora Thronicke realizou no debate com a fala:

“Quando eu vejo o que aconteceu agora com a Vera, eu realmente fico extremamente chateada. Quando homens são tchutchucas com outros homens, mas vem para cima da gente [mulheres] sendo tigrão, eu fico extremamente incomodada. Aí eu fico brava sim”, disse Soraya. “E digo mais para você, lá no meu Estado tem mulher que vira onça e eu sou uma delas. Eu não aceito esse tipo de comportamento e de xingamento e, acima de tudo, disseminar ódio entre os brasileiros e nos dividir”.⁹

O discurso ganhou bastante repercussão e desdobramentos nas redes com uma avalanche de discursos de violência produzidos e reproduzidos. A fala incisiva de uma mulher ganha mais relevância negativa do que falas machistas e misóginas do ex-presidente direcionadas para a jornalista Vera Magalhães e as candidatas.

A postagem 3 reforça o alegado, conforme:

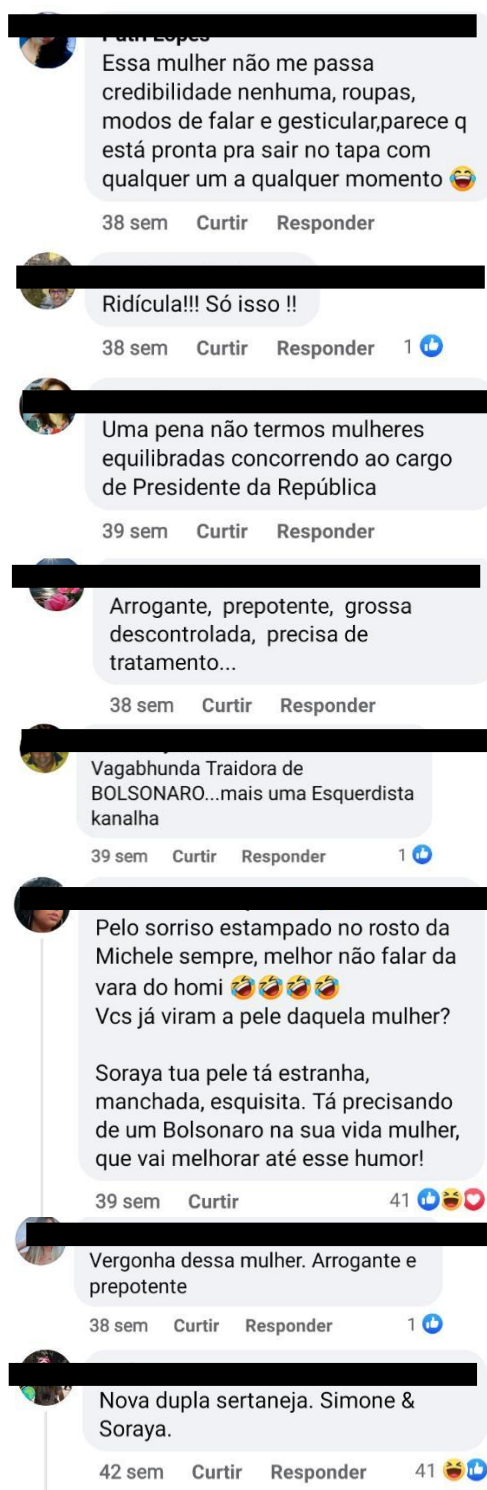
Figura 12 - Comentários postagem 3 (Soraya Thronicke)



⁹ PODER 360. Soraya reage a Bolsonaro: “Tchutchuca com outros homens”. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/eleicoes/soraya-reage-a-bolsonaro-tchutchuca-com-outros-homens/>> Acesso em 20 maio 2023

- Eu não quero uma onça na Presidência, prefiro um Leão!!!🇧🇷👏
- 39 sem Curtir Responder 272👍👍👍
- Estas duas candidatas a presidente está me dando náusea
- 42 sem Curtir Responder 26👍👍
- Não sabe se expressar como uma futura presidente. Linguajar inadequado ridículo. Está vendo muito Pantanal , vai virar onça 🐆
- 38 sem Curtir Responder 1👍
- Acho que ela queria quando foi eleita, algo mais que uma parceria de governo😂😂😂 aí Bolsonaro não quis e ela chamou ele de vara curta....😂😂😂
- 39 sem Curtir Responder 2👍👍
- Essa aí n mostrou nem um plano de governo. Só ataques ao presidente. Pq n tem argumento. Por debate. Uma onça. Descontrolada.
- 38 sem Curtir Responder 1👍
- Exige respeito e usa uma frase com duplo sentido!!
A dupla sertaneja está aí, só pra encher linguiça, elas sabem que não vão ganhar, é mais pra atacar o presidente e desestruturar-lo emocionalmente, pois ele é impulsivo!!
Que Deus dê sabedoria a ele!!🙏
- 38 sem Curtir Responder 4👍
- Falta de respeito com uma autoridade máxima do país, ela devia se espelhar na primeira dama, ter classe, educação e não usar esse vocabulário feminista e que não combina cm nenhuma mulher que tem delicadeza nas palavras .
- 38 sem Curtir 15👍👍👍
- Essas duas candidatas mulheres foram uma vergonha, chatas, arrogantes, petulantes, vitimistas, insuportáveis.
- 42 sem Curtir Responder
- as comadres da rabeta das pesquisas kkkkkkkk
- 39 sem Curtir Responder

- 
 Eu ja percebi
 Se um debate fosse so com homens
 Seria menos xato!
 E bem explicado
 39 sem Curtir Responder 3
- 
 Vulgar e desrespeitosa!
 Pode pendurar a chuteira!
 39 sem Curtir Responder 38
- 
 Essa é louca mesmo
- 
 Que mulher baixa , um vocabulário
 vulgar.
 Sinceramente 🤔🤔🤔 Jair Messias
 Bolsonaro.
 38 sem Curtir Responder
- 
 Essa mulher pede respeito , mas nós
 sabemos o quão sem vergonha ela
 é. Quem falto com respeito foi ela.
 O presidente só joga verdade na cara
 dela , e a verdade que manda,
 todos já sabem disso não adianta
 ela fica nervosa .
 38 sem Curtir Responder
- 
 Aí ai! Típico de feminista atemporal!
 Usa da situação pra se fazer de
 vítima, detesto isso!
 38 sem Curtir Responder
- 
 Vergonha dessa mulher. Arrogante e
 prepotente
 38 sem Curtir Responder 1
- 
 Brasileiro não vota em onça! Vota
 reeleição de Leão! Não adianta
 querer dar para o presidente! Michele
 é musa e vc é um dragão 🤔🤔🤔 22
 38 sem Curtir Responder
- 
 As vezes o problema não é que a
 vara seja curta .
 Mais o importante é que a vara seja
 imbrochavel .
 Mais o meu voto é 22MITO iruuuuuuu
 39 sem Curtir 34



Fonte: Autoria própria.

Como a postagem do Facebook possui mais comentários, é possível perceber os diversos discursos reproduzidos, que ganham no espaço virtual a expansão. Muitos comentários que desqualificam mulheres em posição de poder, como “Brasileiro não vota em onça! Vota em reeleição de Leão [...]”, uma frase emblemática que em muito exemplifica o desprezo por mulheres em cargos de liderança. Reafirma as estruturas que relegam as

mulheres papéis inferiores e ressaltando que homens é que devem estar no poder, exercendo a dominação.

Outros comentários citam “a nova dupla sertaneja” ou “comadres” novamente reiterando e relegando as mulheres papéis insignificantes ou cômicos ao ocupar espaços públicos de poder.

O estereótipo e imposições da feminilidade também se refletem nas falas, alegando que a senadora deve ter uma postura mais recatada, mas dócil, ou seguir os passos da então Primeira dama Michele Bolsonaro. As falas incisivas de Thronicke no debate são vistas como “loucas, descontroladas, vulgares, arrogantes e prepotentes” termos que aparecem nos comentários, enquanto as falas machistas do candidato homem são atribuídas a provocações e o caráter impulsivo do mesmo. Esse tratamento infere a mulher ainda em condição de submissão e o comportamento que foge à regra e veemente rechaçado e visto como desrespeitoso e arrogante.

A postura do homem viril e inabalável surgem nos comentários com o termo “imbrochável”, termo dito pelo ex-presidente no discurso de 07 de setembro de 2022¹⁰ constantemente usado pelo seu eleitorado, se uma mulher o desafia é porque ela tem interesse, quer algo “mais do que uma parceria ...”, como é possível encontrar nos comentários acima, ou é “canalha, vagabunda, ridícula, arrogante” adjetivos atribuídos pelos discursos aqui analisados.

Conforme Kolnai (1998) o ódio é um movimento que visa atingir um objeto, e consegue seus objetivos por meio de humilhações, exclusões, insultos. O ódio permite criar generalizações, como por exemplo a categoria de mulheres na política, mesmo que a violência atinja um único indivíduo ainda assim é direcionado a esse grupo em específico, assim se configura o crime de ódio. Os discursos nas redes aqui verificados são parte de uma estrutura social maior que continua a manter o ódio contra mulheres em cargos que ao longo da história foram ocupados somente por homens e por isso esses comportamentos são facilmente encontrados em postagens virtuais.

O meio virtual coloca uma lupa e possibilita esta constatação das violações, humilhações, perseguições que uma mulher enfrentará ao adentrar nestes espaços.

Multimodalidade: refere-se os instrumentos, que novamente nessa análise são Facebook e Twitter e seguem as mesmas categorias já elencadas de replicabilidade e

¹⁰ CNN BRASIL. Bolsonaro puxa coro de “imbrochável” em discurso no Dia da Independência. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-puxa-coro-de-imbrochavel-em-discurso-no-dia-da-independencia/>> acesso em 15 jun. 2023

permanência na rede do conteúdo. Além disso foi possível verificar que nas duas plataformas em uma busca simplificada foi constatado discursos repletos de violência e reprodução de exclusão, ódio e invalidação das mulheres que ocupam ou desejam ocupar cargos na política.

As imagens e vídeos também fazem parte da multimodalidade, conferindo elementos que podem fomentar os comentários, compartilhamentos e reações, como o vídeo que traz o trecho da fala da candidata Thronicke no debate. Ou a legenda da postagem 1 onde são ressaltados elementos para promover a disputa entre os candidatos à presidência.

Todas as postagens são feitas por jornais ou mídias independentes que tratam de político, assim as imagens, vídeo e legenda são intencionalmente elencados.

Shinar (2008) ao tratar o jornalismo para Paz, há a defesa que as mídias independentes poderiam ser importantes aliados na consolidação e desenvolvimento da democracia, mas na prática diversos elementos se sobrepõem a essa concepção. As perspectivas comunicacionais enfrentam um abismo entre a notícia, a cobrança de números de acesso e interações e o caminho da comunicação humaniza, pensada e voltada para a Paz e os Direitos humanos.

Conforme Rodella (2020) é preciso investimentos técnicos e humanos para o fomento de um modelo de comunicação que rompa com os padrões hegemônicos de informar e configurar a notícia.

III) Comportamento social – por fim o comportamento social vem como categoria de análise que une as demais. Os discursos de violência contra as mulheres, não são fenômenos novos, eles provêm da estrutura patriarcal que subsiste na sociedade. O ódio contra grupos minoritários ainda se constitui prática de opressão que se manteve ao longo do tempo e o ódio às mulheres na política está relacionado ao poder e as estruturas de trabalho. Assim restringir o acesso das mulheres a política implica em restringir a democracia e ressalta as desigualdades de acesso ao poder.

3.3 O ENCONTRO ENTRE VIRTUAL E O TEORIA: MÍDIAS, DEMOCRACIA E MISOGINIA

O que se verifica na realidade são grandes transformações e inovações com as mulheres atingindo maiores níveis de escolaridade, de oportunidades e garantias. Porém o processo é árduo e vem acompanhado de uma série de obstáculos que ainda se impõe sobre a vida das mulheres. Conforme Biroli (2018) ao considerar as dificuldades que a mulher tem ao acessar o âmbito político em solo nacional e essencial suscitar a divisão sexual do trabalho:

Trata-se de um processo de profundas transformações, mas também de resiliências: mencionei os obstáculos à participação política em conjunto com a divisão sexual do trabalho, que onera as mulheres desigualmente por tarefas que deveriam ser de responsabilidade coletiva, como o cuidado com as crianças e os idosos, e gostaria de mencionar também a cidadania restrita pela recusa do direito ao aborto e pela violência cotidiana na forma de estupros, feminicídios, mas também em suas formas mais sutis, como o assédio moral ou sexual. (BIROLI, 2018, p.77)

Assim é possível considerar que a sociedade ainda se mantém em um machismo estrutural, que conforme Tiburi (2018), congela as transformações democráticas necessárias: “Quero dizer com isso que a luta pela democracia hoje se confunde com a luta contra a misoginia e todos os ódios a ela associados no espectro amplo do ódio à diferença.”. (TIBURI, 2018, p. 106)

Tiburi (2018) também destaca que essa estrutura misógina permeia todo o sistema e encontra força em todas as instituições, do Estado à família, da Igreja à escola, gerando um acesso desigual da mulher ao poder. A política no Brasil ao longo do tempo vem jogando o jogo do poder, do machismo, que limita esse acesso ao homem branco, capitalista; o sujeito tido como coronel e colonialista que exclui nesse interim toda e qualquer diferença ao padrão hegemônico. Ainda conforme Tiburi (2018), na política tudo é simbólico, adentra o campo das representações, do que é dito, feito e sobretudo encenado. E por essa razão, que essa antiga política se levanta contra expressão de gênero, pois há interesse na manutenção do sistema.

De acordo com Beauvoir *apud* Tiburi (2018) o gênero é uma marcação, que restringe a vida das mulheres e só se torna possível romper com essa dinâmica por meio da luta feminista. Pois toda a estrutura de gênero e poder não compreende a mulher em posição de poder historicamente ocupado por homens. Conforme Tiburi (2018) ao tratar e buscar compreender o golpe de 2016 sofrido por Dilma Rousseff traz categorias importantes para análise:

Sabemos que o capitalismo depende da culpabilização das pessoas, de trabalhadores, de negros cujos corpos são usurpados. Ora, não é diferente com as mulheres, o machismo é o sistema da culpabilização das mulheres e Dilma Rousseff foi, até agora, tratada como a grande culpada, culpada da “crise”, culpada do golpe. Na televisão e no discurso do telespectador, vemos a construção da mulher culpada por tudo. Desde Eva, desde Pandora, qualquer mulher, seja mãe ou não seja, é educada para sentir-se culpada. A culpa é estrutural, está arraigada e toda a sociedade ajuda a sustentá-la. Ora, o machismo sempre foi a melhor e mais inteligente estratégia política, uma grande estratégia de banimento das mulheres da política e de sua culpabilização. A grande estratégia da exclusão de metade da população mundial. (TIBURI, 2018, p. 112)

O caso Dilma Rousseff é importante para compreender a dinâmica que ocorre nos casos analisados das candidatas à presidência em 2022, pois como mulher Dilma arcou com

as consequências do machismo como ideologia, que rege as estruturas sociais, principalmente do ambiente político. Enfrentou de frente a misoginia fomentada em grande parte pelas mais diferentes mídias, que por inúmeras vezes a elenca como incapaz e incentivou os ataques e violências direcionados a ela. Tiburi (2018) traz:

Dilma Rousseff tornou-se, no contexto da misoginia diária, sempre estimulada pela mídia, “aquela mulher”. Seu nome próprio desaparecia diariamente, num sinal de evidente falta de respeito. Dilma Rousseff foi sempre objeto da vileza política seja ao nível institucional, seja ao nível aberto do político no qual todos exercem seus ideais e repetem os clichês da tendência dominante bem trabalhados pela publicidade midiática que serve como prótese de pensamento dos ex-cidadãos transformados em telespectadores e idiotas, esvaziados de sensibilidade e inteligência moral em nossa época. (TIBURI, 2018, p. 114)

O Caso Dilma Rousseff demonstra a realidade de uma sociedade que carrega em suas estruturas o ódio pelas mulheres, e o fomento e autorização da mídia em direcionar ataques e violências a uma mulher simplesmente por ocupar um cargo de poder e contrariar as estruturas de dominação. Isto gera um alerta ao pensarmos nos discursos que são autorizados e que ecoam na sociedade.

As análises realizadas de Simone Tebet e Soraya Thronicke também escancaram essas estruturas de violências, que usam a misoginia como instrumento para barrar o acesso das mulheres a cidadania e ao poder. Os discursos reproduzidos nos comentários virtuais são um recorte da realidade, que em razão da facilidade do meio digital se expõem como o fluxo do pensamento coletivo, que é constantemente incentivado na postura de exclusão e violência às mulheres.

Não há posturas inocentes quando o discurso que se projeta é misógino, violento e exclusivo. A mídia vem contribuindo e muito na manutenção das estruturas e na autorização dos discursos que nesta pesquisa foram elencados.

O que foi possível aprender no golpe de 2016 é que o ataque as mulheres é também um ataque a democracia e as estruturas do Estado democrático de Direito, abrindo caminhos para que discursos autoritários firmem seus posicionamentos na sociedade. De acordo com Tiburi (2018, p. 116): “Não haverá democracia se houver misoginia, pois a misoginia carrega o princípio da negação do outro [...]”

Por isso que esta pesquisa busca demonstrar a importância dos diálogos com a educação para as mídias e com a Cultura de Paz. A defesa das mulheres e o incentivo para que essas mulheres ocupem os espaços de poder, é também conquistar vitórias no meio social, rompendo aos poucos com as estruturas.

Assim a Educação para mídias as fomentar um Educação emancipadora, crítica e

voltada para os Direitos Humanos tem o potencial de construir sujeitos democráticos, que serão interlocutores preocupados e responsáveis pelas informações que transmitem e conteúdo que consomem. Além disso os contornos da democracia em nosso país se mostram fragilizados, não há como construir sólidas bases democráticas em uma realidade social notadamente marcada e gerida pela violência, assim conceber a importância de integrar a Paz na realidade social é o caminho possível para atingir uma estrutura democrática, mais justa e igualitária tanto em termo de gênero como para outras diversidades.

As metodologias do Estudo de caso aliado a Análise do Discurso Mediado pelo Computador, ainda que de maneira muito mais expositiva do que de fato analítica, permite a percepção da repetição dos padrões sociais. Em ambos os casos, em pesquisa simplificada sobre as candidatas, em duas plataformas digitais diferentes, que possuem características de interação distintas, foi possível verificar a existência de discursos violentos, discursos invalidando e rechaçando a presença de mulheres na política, além de discursos de constante culpabilização destas mulheres por situações que atingiram outros candidatos homens. Como um mapa social dos discursos que existem e são fomentados na realidade social e que no meio virtual adquirem esse fluxo do pensamento por meio de sujeitos-interlocutores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma relação cruel entre mulheres e política, sendo papel de toda a sociedade construir novos caminhos para possibilitar a transformação. O escasso número de mulheres que ocupam papéis na política nacional já alerta que obstáculos são constantemente impostos no acesso ao poder. Mulheres que ousam desafiar o sistema e adentrar a política nacional são alvos de xingamentos sexistas, de depreciação e de outras violências. O estudo que aqui se propôs, das candidatas à presidência no ano de 2022, demonstra os desdobramentos dos discursos autorizados na realidade, e que encontram no meio virtual a facilidade de exposição e expansão.

A violência política de gênero é a configuração das estruturas que se impõem para barrar a cidadania das mulheres, e podem partir dos mais diferentes segmentos sociais. Nesse contexto a mídia tem se mostrado um forte aliado do machismo estrutural ao reproduzir discursos de violência, tendenciosos e de ataque às mulheres. Aliado a isso na contemporaneidade os meios digitais ganham espaço e os usuários das redes sociais digitais tornam-se também interlocutores e transmissores de notícias e informações, reproduzindo o ciclo de violências.

De acordo com Grazziotin (2018) o que se pode constatar é que o sistema está estruturado em um escopo de sub-representação feminina e uma máxima representação masculina e estas regras sociais já pré-definem o jogo político, em uma democracia nada representativa. Conforme Grazziotin (2018, p. 184): “[...]talvez nem seja o caso de continuar chamando de representativo um sistema assim. Há uma grande diferença entre representar e substituir. Estes homens não nos representam – nos substituem, usurpam um lugar que seria de outras de nós”

O Estudo de Caso juntamente com a Análise do Discurso Mediada pelo Computador demonstra a falha democrática em romper com as estruturas de exclusão. O discurso sexista e violento que se encontra nos comentários das postagens virtuais trazem quais formas de pensamento se moldam na realidade social. Delegar e estabelecer que apenas homens são capazes de exercerem cargos de liderança implica em admitir que estruturas de exclusão e de misoginia não foram rompidas na sociedade.

A exclusão de mulheres de espaços de poder resulta em continuamente ter pautas de direitos das mulheres tratadas sempre sobre o viés dos homens, relegando problemas sociais como problemas privados que devem ficar na esfera doméstica, serem resolvidos como problemas caseiros.

É preciso mudar as estruturas para que a mulher chegue ao poder, pois quando chegar estas vão transformar também a política. Graziotin (2018, p. 184) ressalta que: “[...] a democracia é importante para as mulheres, mas as mulheres são muito mais importantes para a democracia”. Portanto esta pesquisa se funda na importância da ocupação de mulheres em espaços de poder, gerando visibilidade e autoridade para pautar suas demandas.

Com isso a construção de caminhos possíveis é essencial para a conquista da democracia e de uma sociedade mais igualitária, assim a Cultura de Paz se entrelaça na pesquisa, pois permite um olhar mais amplo sobre a vida, a humanidade e a sociedade em si. E a paz deve ser pensada não como uma relação mágica para as soluções dos problemas, mas como uma trajetória para a condução de uma sociedade voltada e pensada para as mulheres, para uma humanização das informações e construção consciente de discursos sociais. Romper com os padrões que alicerçam as concepções sociais não é uma tarefa simples, mas é a maneira necessária para que não haja a reiterada reprodução da violência e exclusão.

Ao caos informacional e a problemática da comunicação entende-se que é preciso um jornalismo disposto e comprometido com a contextualização da informação e repercussão que pode adquirir, o Jornalismo para a Paz na\ perspectivas dos Estudos para a Paz, fornece subsídios importantes para refletir e analisar o conteúdo que as mídias têm produzido, se mostrando uma realidade possível nessa mudança de padrões. Destaca-se que é relevante a Educação para as mídias, pois permite, por meio de uma Educação emancipadora, que o próprio sujeito passivo da notícia tenha senso crítico, sendo capaz de identificar discursos de violência ou informações infundadas refutando esse conteúdo.

Outro ponto importante ao tratarmos a Educação para as Mídias como uma via possível ao desmonte das violências, é que se deve pensar em uma Educação democrática que atinja as mais diferentes camadas sociais, não ficando adstrito a colégios particulares e somente a uma parte privilegiada da população, pelo contrário deve se expandir fornecendo uma base para que os indivíduos cresçam preparados para tratar o fluxo contínuo de informações que marcam a realidade atual.

A utilização das mídias para anular a trajetória de mulheres em espaços de poder e as silenciá-las, se caracteriza como uma comunicação violenta, e por isso se defende uma mídia voltada a incluir, agregar e não excluir.

As questões são complexas e tem múltiplos fatores nas relações propostas nesta pesquisa, e que um mesmo tema pode estar impregnado de contradições e conflitos. Porém ao reconhecer o quão complexa é essa realidade, o que se propõe é a abertura para o novo tendo os Estudos para a Paz como norte e a Educação para as mídias como o

instrumento para construção de uma realidade diferente da que se mostra.

Esta pesquisa fundamenta sua importância ao desvelar alguns níveis da violência de gênero e política construídas socialmente e que no ambiente virtual se escancara em um espelho das estruturas de violência que atingem as mulheres principalmente quando estas ocupam ou buscam ocupar espaços de poder. Ressalta-se que este é um pequeno recorte e que não preenche todas as lacunas, mas se firma como um passo inicial a reflexão de novos estudos. Assim espera-se que esta pesquisa possa desdobrar-se em futuras linhas de estudo e investigação.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. A questão de gênero e a violência doméstica e sexual. **Revista Teológico Pastoral**. p. 25-30, 2003. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/projetogepem/administrator/questaoodegenero.pdf>>. Acesso em 10 jan. 2023.
- BALESTRERI, R. Consciência moral e construção da paz. In R. Balestreri (Org.). **Na inquietude da paz**. Passo Fundo: Ceduc, 2003.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista brasileira de ciência política**, 2013, 11: 89-117.
- BBC. **Mentiras sobre Marielle Franco continuam a se espalhar três anos após sua execução**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56367394>> Acesso em: 28 fev. 2023
- BIROLI, Flavia. **Gênero e desigualdades**. Limites da democracia no Brasil. SP: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. (Org.) RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda. Salvador: Eduf ba, 2018. p. 75-84.
- BITCH MEDIA. Disponível em: <<https://azmina.com.br/revista-azmina/>> Acesso em: 15 mar. 2023.
- BOYD, D. M. Friends, Friendsters, and MySpace top 8: **Writing community into being on social network sites**. In: First monday, Vol 11, no12. Disponível em: <http://www.firstmonday.org/issues/issue11_12/boyd/index.html> Acesso em: 15 fev. 2022
- BRASIL. **Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher; e altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14192.htm>. Acesso em: 15 mar. 2023.
- BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília – DF, 2021.p.72
- BUCKINGHMAN, David. **After the Death of Childhood**: growing up in the age of

electronic media. Cambridge, Polity Press: 2000.

CABRAL, R.; SALHANI, J. Jornalismo para a paz: conceitos e reflexões. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. E-compós, Brasília, v.20, n.3, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://ecompos.org.br/e-compos/article/view/1371>> acesso em 10 mar. 2023.

CABRAL, R.; SALHANI, J; SANTOS, H dos. Uma perspectiva feminista ao jornalismo para a paz. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 28(3), 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/34ssH9QBSPkRWpQK64Skd3g/?format=html&lang=pt>> acesso em 17 mar. 2023.

CARTILHA- OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>> Acesso em: 30 de fev. 2022.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DE ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-9, 2004.

DEL PRIORE, M. Magia e medicina na colônia: o corpo feminino. In.:DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 78-115, 2012.

ELLRAM, L. The use of the case study method in logistics research. **Journal of Business Logistics**. Oakbrook, Ill, v. 17, n. 2. Disponível em: <https://www.academia.edu/21768909/The_Use_of_Case_Study_Method_in_Logistics_Research> Acesso em: 05 jun. 2023.

EM. **Vera Magalhães sobre ataques de Bolsonaro: 'Misógino'**. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/08/30/interna_politica,1390034/vera-magalhaes-sobre-ataques-de-bolsonaro-misogino.shtml> Acesso em: 05 mar. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. **Language and power**. New York: Longman, 1989.

FLYVBJERG, B. **Five misunderstandings about case-study research**. Qualitative Inquiry, v.12, p. 219-245. Disponível em<<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1077800405284363>> Acesso em: 05 jun. 2023.

FRANCO, Marielle. Mulher, negra, favelada e parlamentar: resistir é pleonasmo. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. (Org.) RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda. Salvador: Eduf ba, 2018. p. 117-126.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não - cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, J. **Transcender e transformar: uma introdução ao trabalho de conflitos**. São Paulo: Palas Athenas, 2006.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research.**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969.

GILLIGAN, Carol. **In a different voice: psychological theory and women's development**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. **Ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento ação Afirmativa e Princípio Constitucional da Igualdade: o direito como instrumento de transformação social. A experiência dos EUA**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs**, 1984; p. 223-44.

GRAZZIOTIN, Vanessa. Dilma: símbolo para a participação política feminina. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. (Org.) RUBIM, Linda; ARGOLLO, Fernanda. Salvador: Eduf ba, 2018. p. 177-189.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista crítica de ciências sociais**, 2008, 80: 115-147.

GROSSI, Patrícia Krieger *et al.* **A Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência no meio rural: desafios para a intervenção profissional**. Anais do II SERPINFSeminário Regional Políticas Públicas, Intersetorialidade e família: formação e intervenção profissional, 2014, Brasil., 2014.

GROSSI, Patrícia Krieger *et al.* **Violência contra a Mulher Rural: Desafios para as Políticas Públicas**. In: Anais do XIV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2013, Brasil. 2013.

HERRING, Susan C. Computer-mediated discourse. In: Schifffrin, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi E. (eds.). **The Handbook of Discourse Analysis**. Oxford, Blackwell Publishers, p. 612-634. Disponível em: <<https://ella.sice.indiana.edu/~herring/cmd.pdf>> Acesso em: 15 jun. 2021.

INSTITUTO MARIELLE FRANCO. **Violência Política de Gênero e Raça no Brasil - 2021: Eleitas ou não, mulheres negras seguem desprotegidas.** Disponível em: <<https://www.violenciapolitica.org/2021>>. Acesso em: 05 mar. 2023.

JARES, X. R. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática** Porto Alegre: Artmed, 2002.

KUHNEN, Tânia Aparecida. **A ética do cuidado como teoria feminista.** In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2014, Londrina. Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2014, p. 1-9.

LEITE, A. P. da M. A alfabetização midiática e informacional em tempos de fake news e o legado de Paulo Freire. In: **Paulo Freire em tempos de fake news** [livro eletrônico]: artigos e projetos de intervenção produzidos durante o curso da EaD Freiriana do Instituto Paulo Freire / Paulo Roberto Padilha, Janaina Abreu (Org). São Paulo : Instituto Paulo Freire, 2019.

LÉVY, Pierre. **O Que é Virtual?**. Rio: Editora 34, 1996.

LOURO, G.L. Mulheres na sala de aula. In.: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 443-482, 2012,

LYNCH, J. Propaganda, war, peace and the media. In: KEEBLE, R. L.; TULLOCH.; ZOLLMANN, F. (Orgs.). **Peace Journalism, war and conflict resolution**. Nova York: Peter Lang, 2010. p. 69-83.

MALDONADO-TORRES, N. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 71-114, [2004] 2008.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Desafios culturais da comunicação à educação. Comunicação & Educação**, n. 18, p. 51-61, maio/ago. 2000. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36920/39642>> Acesso em: 15 mar. 2023.

MEDITSCH, E. Paulo Freire nas práticas emancipadoras da comunicação: ainda hoje, um método subutilizado no brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.]**, v. 13, n. 25, 2017. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/393>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MISKOLCI, Richard. Um Corpo Estranho na Sala de Aula. In: Abramowicz, Anete; Silvério, Valter Roberto (Org.). **Afirmando Diferenças: Montando o Quebra Cabeça da Diversidade da Escola**. Campinas: Papirus, 1ed., v. 1, 2005. p. 13-26.

MONTIEL, Aimée Vega. Ética feminista e comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 14, n. 2, p. 3-18, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22441/13322>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MOREIRA, L. S., & BRANCO, A. U. Cultura de paz, moralidade e virtudes cívicas: contribuições da Psicologia Cultural. **Psicologia Argumento**, v. 30, n.68, 2012. Disponível em:<<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20455>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

MUNHOZ, Rachel Aline; RUIZ GOULART, Ana Lúcia; SANTOS, Rita Silvana Santana dos. **Mulheres, clima e agenda 2030**: narrativas verbais-imagética para não deixar ninguém para trás. *Ambiente & Educação*, v. 25, n. 3, p. 140–167, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v25i3.12354>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/12354>. Acesso em: 20 jan. 2023.

PINHO, Tassia Rabelo de. **Debaixo do Tapete**: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 2019.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional**. 10 ed. Rev. Atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América**. 2005.

RECUERO, R. **Um estudo do capital social gerado a partir das Redes Sociais no Orkut e nos Weblogs**. *Revista da Famecos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, no 28, 2005.

REVISTA AZMINA. Disponível em: <<https://azmina.com.br/revista-azmina/>> Acesso em: 15 mar. 2023.

RODELLA, Ester Alkimim Zanco. **A mulher que luta sob a ótica da Mídia Ninja e do MBL**: o 8M e os desafios da comunicação para paz nas mídias digitais. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo em Perspectiva 13 (4) p. 82-91, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>> Acesso em: 10 jan. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SALINAS, A. I. A. Periodismo y comunicación para la paz. Indicadores y marco regulatório. **Revista Comunicación y Ciudadanía Digital Commons**, v. 3, n. 1, p. 57-92, 2014.

SALLES FILHO, N. A. **Cultura de Paz e Educação para Paz**: olhares a partir da teoria da complexidade de Edgar Morin. Tese de doutorado. Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), 2016.

SALLES, V. O. *et al.* Paz, Violência e Conflito: uma breve análise conceitual a partir da visão de professores da educação básica. In: **Cultura de Paz, Direitos humanos e Sustentabilidade**: Olhares interdisciplinares. SALLES Filho, N. A.; SALLES, V. O. (Org). Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2018.

SENADO FEDERAL (Org.). **Comissão temporária do ano da mulher**: senado federal subsecretaria de arquivo, 2004.

SENADO. **Frente parlamentar pelos direitos da mulher é lançada na Câmara dos Deputados**. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/frente-parlamentar-pelosdireitos-da-mulher-e-lancada-na-camara-dos-deputados-1>>. Acesso em: 15 fev 2023

SIMONE TEBET. Disponível em: <<https://simonetebet.com.br/>> Acesso em 04 mar. 2023
SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**. In: Projeto História, nº 25, São Paulo: EDUC, dez. de 2002

SPINELLI, Egle Müller; SANTOS, Jéssica de Almeida. **Alfabetização Midiática na era da desinformação**. ECCOM, v. 11, n. 21, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/343344906_Alfabetizacao_Midiatica_na_era_da_de_sinformacao> Acesso em: 15 maio 2023.

THE OECD. **Pisa Global Competence Framework**. OECD. 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pisa/Handbook-PISA-2018-Global-Competence.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2023.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: Estudos sobre a Cultura Tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

TIBURI, Marcia. A máquina misógina e o fator Dilma Rousseff na política brasileira. In: **O Golpe na perspectiva de Gênero**. (Org.) RUBIM, Linda; ARGOLO, Fernanda. Salvador: Eduf ba, 2018. p. 105-116.

TWITTER. **Perfil Manuela** (@ManuelaDavila). 2022 Disponível em:<<https://twitter.com/ManuelaDavila/status/1501980441959714821?t=fNPXVTTnWyVYBJIfnKbA5Q&s=19>> Acesso em: 05 mar. 2023.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN Maria Hermínia Lage Fernandes. Mulheres, políticas públicas e combate à violência de gênero. In: **Dossiê Relações entre Crime e Gênero**: um balanço. (Org.) Marcos Bretas & Maíra Ines Vendrame. História (São Paulo) v.38, 2019.

YIN, R.K. **Case study research, design and methods** (applied social research methods). Thousand Oaks. California: Sage Publications (2009). Disponível em: <<https://journals.nipissingu.ca/index.php/cjar/article/view/73>> Acesso em: 05 jun.2023

ANEXO A - PARECER COMITE DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violência política de gênero: A relevância da Cultura de Paz na análise dos discursos de ódio em mídias sociais digitais.

Pesquisador: LETICIA PETERS ROSSATO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61009822.3.0000.0105

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Ponta Grossa

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.547.727

Apresentação do Projeto:

Projeto de Pesquisa:

Violência política de gênero: A relevância da Cultura de Paz na análise dos discursos de ódio em mídias sociais digitais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Compreender pela ótica da Cultura de Paz a dinâmica das violências perpetradas nas mídias sociais digitais voltadas à mulheres na política

Objetivo Secundário:

Realizar pesquisa de modo perscrutado sobre Gênero, Violência política de gênero, mídias sociais digitais, Cultura de Paz, Educação para Paz, Educação em Direitos Humanos.

Analisar os discursos de ódio e as violências políticas de gênero vivenciadas nas mídias sociais digitais.

Gerar a aproximação das temáticas compreendendo os caminhos possíveis para discussão da Cultura de Paz atrelada às violências de gênero no meio digital

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22

Bairro: Uvaranas

CEP: 84.030-900

UF: PR

Município: PONTA GROSSA

Telefone: (42)3220-3282

E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.547.727

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Possível constrangimentos dos sujeitos em relação à análise das postagens digitais.

Para amenizar o nome e/ou usuário digital serão ocultados da pesquisa, estando para análise apenas o discurso da publicação.

Benefícios:

Traçar um panorama do universo digital no tange a violência política de gênero. Assim pretende-se trazer a possibilidade de identificar quais

discursos são reproduzidos em meio digital que refletem a problemática da violência voltada à mulheres.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa buscará compreender a violência que ocorre nas mídias sociais digitais, com enfoque na violência política de gênero, analisando a

relação com a Cultura de Paz e a necessidade de uma Educação para Paz, em processo pedagógico contínuo com o meio social, onde cada sujeito

é responsável por suas ações na construção da paz e desmitificação de estruturas sociais que fomentam a violência. Por isso, formula-se o

problema de pesquisa: "Quais as implicações da violência política de gênero propagada em mídias sociais digitais dentro da temática da Cultura de

Paz?". Por meio do estudo de caso pautado no método indutivo e dialético a pesquisa propõe a discussão de conflitos existentes nas mídias sociais

digitais sob a ótica da Cultura de Paz.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em anexo e de acordo com as resoluções 466/2012 e 510/2016

Recomendações:

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA - UEPG**



Continuação do Parecer: 5.547.727

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto foi aprovado sem restrições, após avaliação documental. O projeto se encontra dentro dos princípios éticos e metodológicos, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012 e 510/2016.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1985544.pdf	21/07/2022 11:23:31		Aceito
Cronograma	cronograma.docx	21/07/2022 11:18:09	LETICIA PETERS ROSSATO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	21/07/2022 11:13:01	LETICIA PETERS ROSSATO	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	21/07/2022 11:12:28	LETICIA PETERS ROSSATO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PONTA GROSSA, 27 de Julho de 2022

Assinado por:
ULISSES COELHO
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22
Bairro: Uvaranas **CEP:** 84.030-900
UF: PR **Município:** PONTA GROSSA
Telefone: (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br